

**Revista conecta Arnaldo: Revista
interdisciplinar da faculdade Arnaldo
Janssen**

ANAIS

I COLÓQUIO DE PSICOLOGIA SOCIAL

**QUEM É O/A SUJEITO/A
DA PSICOLOGIA SOCIAL:**

Perspectivas Teóricas e Práticas de Intervenção.



UniArnaldo

Centro Universitário

APRESENTAÇÃO

O I Colóquio de Psicologia Social do Centro Universitário Arnaldo Janssen teve como temática Quem é o/a sujeito/a da Psicologia Social: Perspectivas Teóricas e Práticas de Intervenção. O evento teve como objetivo realizar debates sobre o sujeito/a e a construção da subjetividade na Psicologia Social, a partir de uma reflexão teórica-prática e suas contribuições para a transformação social no contexto social brasileiro. O Colóquio aconteceu no dia 06 de Abril de 2024, sábado, das 09 às 18 horas, na UniArnaldo, Belo Horizonte, Minas Gerais, e contou com a participação de discentes e docentes do próprio Centro Universitário e de público externo, formado por discentes e docentes de outras instituições de ensino, além de profissionais da Psicologia. As atividades foram iniciadas com a Conferência de Abertura intitulada “Subjetividade e Psicologia Social: perspectivas teóricas e práticas para transformar o mundo” e contou com a participação de Claudia Mayorga (UFMG), Maria Lúcia Afonso (UFMG), Nita Tuxá (CFP) e Henrique Galhano (CRP-MG). Foram realizados 7 minicursos ministrados por convidados e convidadas externas à instituição: Escrevivência como metodologia e método: um corporifazer em pesquisa; Diálogos sobre o campo metodológico em pesquisas feministas na Psicologia Social; A escuta na encruza: implicações clínicas interseccionais e contracoloniais; Psicologia Social Feminista: O que tem a dizer trabalhadoras domésticas e travestis?; Nas (entre)linhas do cuidado: o papel da Psicologia na Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas; Povos Indígenas: Passado, Presente e Futuro; Raça, gênero e sexualidade: contribuições do Sistema Conselhos de Psicologia. Os trabalhos foram apresentados no formato de Comunicação Oral na sessão Psicologia Social em ação: práticas e experiências. O Colóquio constituiu-se como um importante espaço destinado a profissionais, estudantes de graduação e pós-graduação, integrantes de movimentos sociais, coletivos e outros atores sociais para o compartilhamento de reflexões teóricas, experiências profissionais, relatos de pesquisa e extensão, práticas de estágio, ou outros saberes, que refletiram sobre temas relacionados à Psicologia Social e à transformação das desigualdades sociais.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Docentes do Centro Universitário Arnaldo Janssen

Cíntia Maria Teixeira
Claudia Natividade
Hugo Leonardo Goes Bento
Isabella Cristina Barral Faria Lima
Paulo Roberto da Silva Júnior
Suellen Santos Lima

Discentes do curso do Centro Universitário Arnaldo Janssen

Amália Filomena Carlos
Ana Olívia Freitas Machado
Brenda Silva Armani
Camile Vitória Bonafé
Carine Silva Souza
Jhordan Pedro Miranda de Sousa
Julia Maria de Souza Farias
Kimberlly Luiza de Oliveira Veloso
Nathally Vitória Neves Nogueira
Otávio Oliveira Costa
Raíssa Pereira da Silva
Valdir Rodrigues de Lima
Victor Gaspar do Nascimento Cruz
Wesley Roberto de Jesus Bento

COMISSÃO CIENTÍFICA

Hugo Leonardo Goes Bento
Jhordan Pedro Miranda de Sousa
Paulo Roberto da Silva Júnior

Missão

A missão da Revista Conecta Arnaldo é a de promover a interdisciplinaridade e o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento por meio da publicação de artigos científicos de alta qualidade. Busca-se com isso incentivar a pesquisa acadêmica, a criatividade e o pensamento crítico, contribuindo para o avanço do conhecimento e para a solução dos desafios da sociedade contemporânea.

Suplementos da Revista Conecta Arnaldo / Centro Universitário Arnaldo Janssen. - v.2 , n.1, 2024. Belo Horizonte: Centro Universitário Arnaldo Janssen, 2024- .

v. : il.

Irregular

ISSN: 2965-6605

1. Centro Universitário Arnaldo Janssen. 2. Psicologia

CDU: 159

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Centro Universitário UniArnaldo

Copyright © 2023 Centro Universitário Arnaldo Janssen

Todos os direitos reservados ao Centro Universitário Arnaldo Janssen

As opiniões emitidas e informações contidas em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos

desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

ABANDONO AFETIVO INVERSO: OS FAZERES DA PSICOLOGIA EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS(AS).....	6
DESCLASSIFICADOS SOCIAIS: VIVÊNCIAS E DESAFIOS DOS COVEIROS DE LOVA LIMA-MG A PARTIR DE UMA VISÃO SÓCIO-HISTÓRICA.....	10
ESTÁGIO BÁSICO CURRICULAR EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO POP LAGOINHA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	14
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO PRISIONAL: A EXPERIÊNCIA DO CULTHIS.....	17
GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO: POLÍTICAS DE ATENÇÃO A VIOLÊNCIA EM BELO HORIZONTE-MG.....	20
HISTÓRIAS DE OFICINA "BORA LA MEN 2.0"..... Felipe Romão Ferreira, Thiago Michel Pereira Silva	23
LABORTERAPIA E INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA NAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS: ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E TRÁFICO DE PESSOAS EM CONFLITO COM OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	26
LEITOS DE SAÚDE MENTAL EM HOSPITAL GERAL: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA ANTIMANICOMIAL.....	30
O PROGRAMA DIALOGAR: GRUPOS REFLEXIVOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA - RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTAS.....	34
POTENCIALIDADES E LIMITES DA PRÁTICA CLÍNICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UMA ATUAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA COM ADOLESCENTES PRETAS EM SITUAÇÃO DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL.....	38
POTENCIALIZANDO A VISIBILIDADE DOS DIREITOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: O PAPEL FACILITADOR DA PSICOLOGIA SOCIAL.....	41
QUESTIONAMENTOS SOBRE MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS: REFLEXÕES NA PSICOLOGIA SOCIAL.....	44
TRANSCENDENDO RÓTULOS: UM AUTORRETRATO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS TRANS..	47



ABANDONO AFETIVO INVERSO: OS FAZERES DA PSICOLOGIA EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS(AS)

JHORDAN PEDRO MIRANDA DE SOUSA
Historiador (UFV), graduando em Psicologia na
Faculdade Arnaldo. E-mail: jhordan.pedro2940@gmail.com

PAULO ROBERTO DA SILVA JÚNIOR
Psicólogo (UFMG), mestre e doutor em
Psicologia (UFMG). Professor de Psicologia da Faculdade Arnaldo.

Eixo Temático: Psicologia Social, Políticas Públicas e Direitos Humanos

INTRODUÇÃO

O Abandono Afetivo Inverso é um fenômeno complexo e delicado que tem despertado crescente atenção na sociedade contemporânea, especialmente no contexto de instituições de longa permanência para idosos. Buscamos explorar as causas, consequências e abordagens psicológicas relacionadas ao Abandono Afetivo Inverso (AAI), com foco no papel dos profissionais da Psicologia em lidar com essa questão. O envelhecimento populacional tem sido uma realidade cada vez mais presente em diversas sociedades, “dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, entre 2012 e 2021, houve um aumento de 11,3% para 14,7% da população com mais de 60 anos no país” (BRASIL, 2022, p.09-10), trazendo consigo desafios e reflexões sobre o cuidado e a proteção dos idosos. Nesse contexto, o Abandono Afetivo Inverso surge como uma problemática que envolve a inversão da lógica tradicional de cuidado, onde são os idosos que acabam sendo negligenciados ou abandonados por seus familiares (ALVES, 2013). Com base em um levantamento bibliográfico e entrevistas com profissionais da Psicologia que atuam diretamente com idosos em instituições de longa permanência, pretendemos aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas envolvidas no AAI. A partir de uma abordagem exploratória, buscamos analisar as experiências práticas desses profissionais e como elas podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais eficazes. Ao considerar a importância do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para o bem-estar dos idosos, nos propomos a discutir não apenas as causas e consequências do AAI mas também a promover reflexões sobre a responsabilidade coletiva na garantia dos direitos e da dignidade das pessoas idosas. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, pretendemos integrar conhecimentos da Psicologia, do Direito e da Gerontologia para oferecer uma visão abrangente e contextualizada desse fenômeno. Por meio da análise de dados empíricos e da revisão crítica da literatura especializada, esperamos contribuir para a construção de estratégias mais



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Janssen, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Vitorino Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otílio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
☎️ 31 3524-5000

efetivas de prevenção e intervenção em casos de AAI, visando sempre o respeito à dignidade e aos direitos fundamentais dos idosos em situações vulneráveis.

OBJETIVO

Buscamos compreender e analisar o fenômeno do Abandono Afetivo Inverso vivenciado por idosos institucionalizados em Instituições de longa permanência, bem como investigar a atuação dos profissionais da Psicologia nesse contexto. Por meio de uma abordagem exploratória, procuramos identificar as causas, consequências e possíveis estratégias de intervenção relacionadas ao AAI, visando contribuir para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos idosos. Além disso, pretendemos analisar as diferenças entre o contexto público e privado das instituições de longa permanência, a fim de compreender como essas variáveis influenciam a manifestação do AAI e a atuação dos profissionais da Psicologia. Buscamos, assim, ampliar o conhecimento sobre esse fenômeno e fornecer subsídios para a elaboração de políticas e práticas mais eficazes no cuidado e na proteção dos idosos em situações de vulnerabilidade. Por meio da revisão da literatura, da análise de dados empíricos e das entrevistas com profissionais da Psicologia que atuam em instituições de longa permanência, pretendemos não apenas descrever o fenômeno do AAI, mas também propor reflexões sobre a prática profissional da psicologia em ILPI. Espera-se, assim, contribuir para a construção de um olhar mais sensível e humanizado em relação aos desafios enfrentados pelos idosos e para a promoção de práticas mais éticas e efetivas no campo da Psicologia gerontologia.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo foi fundamentada em uma abordagem exploratória, que buscou compreender e analisar o fenômeno do AAI em idosos institucionalizados em Instituições de Longa Permanência, bem como investigar a atuação dos profissionais da Psicologia nesse contexto. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados como Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal Periódico (CAPES), além da consulta a livros especializados, a fim de embasar teoricamente a pesquisa e compreender as principais questões relacionadas ao AAI e ao cuidado com idosos em situações de vulnerabilidade. Além disso, foram conduzidas duas entrevistas semiestruturadas com profissionais da Psicologia que atuam em ILPI, sendo uma instituição pública e outra em uma instituição privada. As entrevistas foram realizadas de forma remota, por meio da plataforma online Google Meet, e tiveram duração aproximada de duas horas cada. Antes do início das entrevistas, foi apresentado às participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo a ética e a confidencialidade dos dados coletados. As entrevistas foram gravadas com autorização das entrevistas e posteriormente transcritas para análise. A análise dos dados coletados nas entrevistas e a revisão crítica da literatura permitiram uma compreensão mais aprofundada das práticas e desafios enfrentados pelos profissionais da Psicologia no contexto do AAI em idosos institucionalizados. Essa abordagem metodológica possibilitou uma visão abrangente e contextualizada do fenômeno, contribuindo para a construção de conhecimento e para a proposição de recomendações práticas no campo da Psicologia do Desenvolvimento, além da esfera Social.

RESULTADO

O estudo sobre o Abandono Afetivo Inverso em idosos institucionalizados em instituições de longa permanência proporcionou insights significativos sobre as dinâmicas e desafios enfrentados por esses indivíduos e pelos profissionais da Psicologia que atuam nesse contexto. A análise dos dados coletados nas entrevistas e a revisão da literatura permitiram identificar aspectos relevantes relacionados ao fenômeno do AAI e à atuação dos psicólogos nessas instituições. Foi observado que

o AAI ocorre principalmente devido a históricos de violações de direitos anteriores à institucionalização dos idosos, o que evidencia a importância de se compreender as causas profundas desse fenômeno e de se buscar estratégias de intervenção que considerem essas questões preexistentes. Os profissionais da Psicologia entrevistados destacaram a necessidade de fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos idosos institucionalizados, visando proporcionar um maior amparo emocional e social a esses indivíduos. No contexto público das instituições de longa permanência, o AAI foi identificado como um fenômeno recorrente, muitas vezes associado a situações de vulnerabilidade social e econômica dos idosos. Por outro lado, nas instituições privadas, o fenômeno não foi percebido de forma consistente, o que sugere a influência de fatores socioeconômicos e de comunicação mais direta entre a instituição e os familiares responsáveis. Reafirmando os dizeres de Furtado(2018) sempre quando falamos em idosos ao longo dos tempos percebemos um paradoxo no qual o “sentimentos de respeito e consideração coexistem com os de indiferença e desprezo”(p.8)As entrevistas revelaram que os profissionais da Psicologia enfrentam desafios na construção de vínculos terapêuticos com os idosos que vivenciam o AAI, devido às complexidades emocionais e psicossociais envolvidas nesse processo. A institucionalização dos idosos também pode impactar a relação entre o psicólogo e o idoso, tornando essencial uma abordagem sensível e empática por parte dos profissionais. Por isso, (SOBRAL, et al., 2018) destacam um acolhimento profissional e práticas que compreendam o idoso na sua integralidade. Diante desses resultados, destaca-se a importância de uma abordagem interdisciplinar e humanizada no cuidado aos idosos institucionalizados, considerando não apenas as questões psicológicas, mas também as dimensões sociais, culturais e éticas envolvidas no fenômeno do AAI. Essas reflexões contribuem para a construção de práticas mais eficazes e éticas no campo da Psicologia gerontológica, visando sempre o respeito à dignidade e aos direitos fundamentais dos idosos em situações de vulnerabilidade.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre o AAI em idosos institucionalizados em instituições de longa permanência proporcionou uma visão abrangente e aprofundada sobre as complexidades desse fenômeno e a atuação dos profissionais da Psicologia nesse contexto. A partir dos dados coletados nas entrevistas e da revisão crítica da literatura, foi possível identificar desafios, práticas e perspectivas relevantes para o cuidado e a promoção do bem-estar dos idosos afetados pelo AAI. Os resultados obtidos evidenciaram a necessidade de uma abordagem sensível e empática por parte dos profissionais da Psicologia, considerando as particularidades e as histórias de vida dos idosos institucionalizados. O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários foi apontado como uma estratégia fundamental para mitigar os impactos do AAI e promover a qualidade de vida desses indivíduos. No contexto das instituições de longa permanência, a presença recorrente do AAI em idosos institucionalizados em instituições públicas revela a importância de políticas e práticas que visem garantir a proteção e a dignidade desses indivíduos, considerando suas necessidades emocionais, sociais e de cuidado. Por outro lado, a ausência consistente do fenômeno em instituições privadas sugere a influência de fatores socioeconômicos e de comunicação mais direta entre a instituição e os familiares, apontando para a importância do envolvimento familiar no cuidado aos idosos. As reflexões e insights gerados por este estudo contribuem para a ampliação do entendimento sobre o AAI e para o aprimoramento das práticas profissionais no campo da Psicologia gerontológica. A necessidade de uma atuação interdisciplinar, que considere não apenas as questões psicológicas, mas também as dimensões sociais, culturais e éticas envolvidas no cuidado aos idosos institucionalizados, é ressaltada como um caminho promissor para a promoção de um envelhecimento saudável e digno. Em suma, este estudo reforça a importância de políticas públicas e práticas profissionais que assegurem o respeito aos direitos e à dignidade dos idosos, bem como a necessidade de uma abordagem ampla e centrada no idoso para enfrentar os desafios do AAI e promover um cuidado mais humano e eficaz nesse contexto específico.

PALAVRAS-CHAVE: Institucionalização de idosos. Violação de direitos. Abando. Psicologia Social

REFERÊNCIAS:

ALVES, Jonas Figueirêdo. **Abandono afetivo inverso pode gerar indenização.** Entrevista concedida ao sítio do IBDFAM. 16 de julho de 2013. Disponível em: . Acesso em: 07 de junho de 2023.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa idosa. Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Ministério dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Brasília, DF, 2022.

FURTADO, Carlos Sá. **Velhice e Sociedade: uma excursão pela história.** [S. l.]: Lápis de Memórias, 2019.

SOBRAL, Ana Luiza Oliveira; GUIMARÃES, Augusto de Oliveira.; SOUZA, Flávia Feitoza de. **A relevância da atuação do psicólogo em Instituição de Longa Permanência para Idoso (ILPI).** Revista Kairós: Gerontologia, v. 21, n. 4, p. 441 455, 30 dez. 2018.



DESCLASSIFICADOS SOCIAIS: VIVÊNCIAS E DESAFIOS DOS COVEIROS DE NOVA LIMA-MG A PARTIR DE UMA VISÃO SÓCIO- HISTÓRICA

AMALIA FILOMENA CARLOS
Graduanda em Psicologia do Centro Universitário UniArnaldo

JHORDAN PEDRO MIRANDA DE SOUSA
Historiador (UFV), graduando em Psicologia do Centro Universitário UniArnaldo

CINTIA MARIA TEIXEIRA
Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário UniArnaldo

Eixo Temático: Psicologia Social, desigualdades e práticas de transformação

INTRODUÇÃO

A marginalização e desigualdade social vivenciada pelos trabalhadores coveiros no Brasil é uma realidade. Ao longo da história, esses profissionais têm sido relegados a um lugar de invisibilidade e estigma, sofrendo as consequências de uma sociedade que os marginaliza e os desclassifica. Desde os primórdios da colonização, a exploração econômica e a ausência de políticas públicas adequadas contribuíram para a precarização das condições de trabalho dos coveiros, que se viram à margem de uma sociedade que não reconhece sua importância e dignidade, assim como afirmou PETRUSKI (2007). Por isso, buscamos trazer à tona reflexões sobre como esses trabalhadores são impactados não apenas pelas condições laborais, mas também pela forma como são percebidos e tratados pela sociedade em geral. Através de uma abordagem multidisciplinar, que combina a análise histórica, sociológica e psicológica, visamos desvelar as camadas de humilhação social descrita como “exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra. Mas é também de dentro que, no humilhado, a humilhação vem atacar. A humilhação vale como uma modalidade de angústia e, nesta medida, assume internamente – como um impulso mórbido – o corpo, o gesto, a imaginação e a voz do humilhado. Uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes” (GONÇALVES FILHO, 1998). A falta de políticas públicas específicas para esses profissionais, o isolamento social decorrente do estigma associado à profissão e o autojulgamento resultante da marginalização são apenas algumas das facetas



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Jansen, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
☎ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Vitório Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
☎ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otávio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
☎ 31 3524-5000

da desigualdade e da exclusão que permeiam esse universo laboral de trabalhadores coveiros. Ao investigar a presença da humilhação social no dia a dia dos trabalhadores coveiros, lançamos luz sobre uma realidade muitas vezes invisibilizada e silenciada. Através de entrevistas semiestruturadas e da revisão narrativa da literatura, busca-se compreender não apenas as condições de trabalho desses profissionais, mas também as repercussões psicossociais da desvalorização de sua atividade. Nesse contexto, nos propomos não apenas denunciar as injustiças e desigualdades enfrentadas pelos coveiros, mas também a estimular reflexões mais amplas sobre a estrutura social que perpetua a marginalização e a humilhação de determinados grupos profissionais.

OBJETIVO

Objetiva-se investigar e analisar a presença da humilhação social no cotidiano dos trabalhadores coveiros, buscando compreender como essa realidade se manifesta e impacta suas vidas. Através de uma abordagem interdisciplinar, que combina elementos da Psicologia Social, Sociologia e História, procuramos lançar luz sobre as condições de trabalho, as relações sociais e as representações simbólicas que permeiam a atividade dos coveiros. Os objetivos específicos, incluem identificar os fazeres dos coveiros no Brasil, contextualizando sua importância histórica e social; compreender a dinâmica da humilhação social e os prejuízos decorrentes dela para os trabalhadores; observar o cotidiano de trabalho dos coveiros, analisando as condições laborais e as interações sociais envolvidas; e compreender como os coveiros são afetados pelo olhar de julgamento e estigma associados à sua profissão. Por meio da revisão narrativa da literatura e da realização de entrevistas semiestruturadas com os profissionais, visamos não apenas descrever a realidade dos coveiros, mas também problematizar as estruturas sociais que contribuem para sua marginalização e desvalorização. Além disso, pretende-se estimular reflexões críticas sobre as formas de exclusão e discriminação presentes na sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito às profissões consideradas socialmente estigmatizadas. Dessa forma, temos o intuito de contribuir para o debate acadêmico e social sobre as desigualdades e injustiças presentes no mundo do trabalho, destacando a importância de reconhecer a dignidade e os direitos dos trabalhadores coveiros, bem como de promover ações e políticas que visem a valorização e o respeito a esses profissionais.

METODOLOGIA

Combinamos, para a produção deste trabalho, diferentes abordagens qualitativas e interdisciplinares para investigar a presença da humilhação social no cotidiano dos trabalhadores coveiros. A seguir, são detalhados os principais métodos e procedimentos utilizados na pesquisa: Revisão Narrativa da Literatura: A pesquisa inicia-se com uma revisão narrativa da literatura, que permite uma abordagem ampla e aprofundada sobre o tema, haja vista sua não exigência de protocolos rígidos e as fontes não são pré-determinadas (Cordeiro, Oliveira, Rentería e Guimarães, 2007). Por meio da análise de artigos, livros e documentos relevantes, busca-se compreender o contexto histórico, social e psicológico que envolve a atividade dos coveiros, bem como as questões de desigualdade e estigma associadas a essa profissão. Entrevistas Semiestruturadas: Para coletar dados empíricos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 5 trabalhadores, homens de meia idade, do cemitério Municipal de Nova Lima - MG, que atuam como coveiros. O roteiro de entrevista elaborado guiou as discussões, permitindo explorar as vivências, percepções e experiências dos profissionais no exercício de suas atividades. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi utilizado para garantir a ética na pesquisa. Visita Técnica: Além das entrevistas, foi realizada uma visita técnica ao local de trabalho dos coveiros, com o intuito de conhecer de perto o ambiente laboral, as condições de trabalho e as rotinas diárias desses profissionais. Análise de Dados: Após a coleta de dados, as informações obtidas nas entrevistas e na visita técnica foram analisadas de forma qualitativa, buscando identificar padrões, temas recorrentes e nuances nas narrativas dos trabalhadores. A

triangulação dos dados provenientes das diferentes fontes (literatura, entrevistas, visita técnica) permitiu uma análise abrangente e aprofundada da temática da humilhação social no ofício de coveiro. Por meio desses métodos e procedimentos, o artigo busca não apenas descrever a realidade dos trabalhadores coveiros, mas também problematizar as questões de desigualdade, estigma e exclusão social presentes nesse contexto laboral.

RESULTADO

Observa-se, por essa produção, uma série de aspectos significativos sobre a vivência dos trabalhadores coveiros e a presença da humilhação social em seu cotidiano laboral. A partir da análise dos dados coletados por meio de entrevistas, visita técnica e revisão narrativa da literatura, foram identificados diversos pontos relevantes que contribuem para a compreensão dessa realidade. Em relação aos fazeres dos coveiros no Brasil, foi possível constatar a importância histórica e social dessa profissão, que muitas vezes é invisibilizada e estigmatizada pela sociedade. Os coveiros desempenham um papel fundamental na organização dos espaços fúnebres, realizando enterros e exumações com respeito e dignidade, apesar das condições desafiadoras em que atuam. A análise da humilhação social revelou os prejuízos decorrentes dessa forma de exclusão e discriminação, que afeta não apenas a autoestima e o bem-estar dos coveiros, mas também sua integração social e reconhecimento profissional. O olhar de julgamento sobre a profissão de coveiro se reflete em situações de isolamento, marginalização e autojulgamento por parte dos próprios trabalhadores, evidenciando a complexidade das dinâmicas sociais envolvidas. Como no exemplo narrado por dois trabalhadores, afirmando que por muito tempo não foram convidados para a festa da Prefeitura da cidade, e quando o convite aconteceu, perceberam que foram isolados pelos funcionários de outros setores. Durante a visita técnica ao cemitério Municipal de Nova Lima - MG e as entrevistas realizadas com os profissionais, foi possível vivenciar de perto o cotidiano de trabalho dos coveiros e ouvir suas narrativas, experiências e percepções sobre a humilhação social. Os relatos dos trabalhadores revelaram a importância de se discutir e problematizar as condições de trabalho, as relações interpessoais e as representações simbólicas que permeiam a atividade de coveiro. Diante dos resultados obtidos, torna-se evidente a necessidade de se repensar as políticas públicas voltadas para os profissionais coveiros, visando garantir melhores condições de trabalho, valorização da profissão e combate à estigmatização e exclusão social. Além disso, os dados coletados apontam para a importância de se promover a conscientização e o respeito em relação aos trabalhadores coveiros, reconhecendo sua dignidade e contribuição para a sociedade. Destacamos ainda que por mais que a humilhação social seja percebida por eles, buscam estratégias de ressignificá-la, como apresentado em uma colocação realizada por José (nome fictício) “você sabe quem é a maior autoridade na cidade? (ele responde) Somos nós, porque quando prendemos ninguém solta!”. Em suma, percebe-se a necessidade de se ampliar o debate sobre as questões de humilhação social e desigualdade presentes nesse contexto profissional, com o intuito de promover a justiça social e o respeito à diversidade de ocupações e experiências laborais.

CONCLUSÃO

Diante disso, destaca-se a importância de reconhecer e enfrentar os desafios vivenciados pelos trabalhadores coveiros no Brasil. A partir da análise dos dados e das vivências compartilhadas pelos profissionais, torna-se evidente a urgência de promover mudanças significativas no que diz respeito à valorização, respeito e dignidade desses trabalhadores. A humilhação social presente no cotidiano dos coveiros não pode ser ignorada, pois impacta não apenas a vida profissional, mas também a saúde mental e emocional desses indivíduos. É fundamental que a sociedade reconheça o papel essencial desempenhado pelos coveiros e que sejam implementadas políticas públicas que visem melhorar suas

condições de trabalho, garantir seus direitos e combater a estigmatização associada à profissão. Por fim, ressaltamos a necessidade de uma maior empatia, solidariedade e respeito em relação aos trabalhadores coveiros, reconhecendo sua importância para a sociedade e promovendo a inclusão e valorização de suas atividades laborais. A superação da humilhação social no ofício de coveiro requer um esforço coletivo e contínuo em prol da justiça social e do respeito à diversidade de profissões e experiências de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Humilhação social. Coveiros. Estigma. Psicologia Social

REFERÊNCIAS:

REVISÃO SISTEMÁTICA: uma revisão narrativa. et all... Rev. Col. Bras. Cir ; 34(6): 428-431, nov.-dez. 2007.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Humilhação social:** um problema político em psicologia. Psicologia USP, v. 9, n. 2, p. 11–67, 1998

PETRUSKI, M. R. A. **Cidade dos mortos no mundo dos vivos:** os cemitérios. Revista de História Regional, [S. l.], v. 11, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2232>. Acesso em: 27 nov. 2023.



ESTÁGIO BÁSICO CURRICULAR EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO POP LAGOINHA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ÁGATHA YASMIN SANTOS MELO
Acadêmica do curso de Psicologia da
Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais

FERNANDO BRAZ FERREIRA
Acadêmica do curso de Psicologia da
Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais

CÍNTIA MARIA TEIXEIRA
Docente do curso de Psicologia da Faculdade
Ciências Médicas de Minas Gerais

Eixos Temático: Psicologia Social, políticas públicas e direitos humanos

INTRODUÇÃO

O presente trabalho descreve uma experiência de estágio básico em políticas públicas no contexto do Centro de Referência para a População em Situação de Rua (CentroPop). Este centro foi concebido como uma medida estratégica para oferecer suporte às pessoas sem moradia. Seu objetivo principal é proporcionar acolhimento, acesso a serviços básicos e facilitar a reintegração social, visando fortalecer os laços familiares e sociais desses indivíduos. Como um componente essencial da política de assistência social, o CentroPop desempenha um papel fundamental na promoção da equidade e inclusão social daqueles que se encontram em situação de rua. **OBJETIVOS:** O objetivo deste trabalho é compartilhar a vivência de estágio curricular em políticas públicas no CentroPop, situado dentro do contexto de vulnerabilidade social. Além disso, busca-se refletir sobre a relevância desse dispositivo na prestação de atenção psicossocial aos indivíduos em situação de rua e na formação dos/as estudantes de Psicologia.

METODOLOGIA

Relato de experiência de estágio realizado semanalmente, aos sábados, de julho a novembro de 2023. Foram realizados vinte encontros, nos quais havia uma média de 5 participantes. Foram conduzidas



UniArmaldo
Centro Universitário

CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

Prça Amaldo Jansen, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

Rua Vítorio Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

Rua Professor Otávio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
31 3524-5000

uma série de atividades com o propósito de promover o bem-estar e a integração dos indivíduos em situação de rua. Essas atividades englobam a realização de busca ativa, a condução de rodas de conversa temáticas e a organização de oficinas de dinâmica de grupo. Adicionalmente, foram oferecidos acolhimentos individuais como forma de fornecer suporte psicossocial personalizado aos assistidos. Essa abordagem abrangente visava não apenas fornecer assistência imediata, mas também criar um ambiente propício para o desenvolvimento pessoal e a superação de desafios emocionais.

RESULTADOS

Durante o estágio junto aos usuários do CentroPop, que frequentavam o local para tomar café da manhã e realizar higiene pessoal, assim como a de seus pertences, os estagiários conduziram diversas atividades. Destacam-se as rodas de conversa, nas quais os temas eram selecionados pelos próprios usuários, com base em suas vivências diárias nas ruas, além das oficinas de dança, cujas músicas eram escolhidas por eles mesmos, e dos acolhimentos individuais. Os estagiários, ao conduzirem as rodas de conversa, notaram em várias ocasiões a necessidade de escutar homens e mulheres de todas as idades, percebendo a demanda dos usuários por apoio psicológico. Foram compartilhados muitos relatos de angústia diante da atual situação, que incluíam o distanciamento dos familiares e amigos, a luta contra a abstinência e o medo constante de permanecer nas ruas, já que as consideravam "traíçoeiras e perigosas". Além disso, alguns usuários destacaram o CentroPop como um local para descansar brevemente antes de retornar à agitação das ruas. Outros expressaram críticas construtivas, enfatizando a necessidade de um tratamento mais humanizado e uma estrutura melhorada nas instalações. Por exemplo, apontaram que, apesar do calor, a água do bebedouro estava quente, os chuveiros forneciam água fria e os banheiros frequentemente apresentavam poças de água suja. Também ressaltaram a importância de um café da manhã mais substancial e de um tratamento mais respeitoso por parte dos funcionários, que às vezes os retiravam da unidade antes do horário de fechamento ou os tratavam com descaso. Apesar desses desafios, o acolhimento oferecido pelos estudantes foi percebido como positivo e teve impactos benéficos. Essas intervenções resultaram em um aumento da autoestima e na promoção de uma visão mais positiva de si mesmos. Além disso, proporcionam um ambiente seguro e acolhedor, onde puderam compartilhar suas dificuldades emocionais, angústias e problemas, contribuindo assim para o alívio emocional e a elaboração de estratégias de enfrentamento. A unidade geralmente estava lotada, e alguns frequentadores costumam levar consigo seus filhos pequenos e até mesmo seus animais de estimação. Aproveitavam também para atividades de lazer, como ouvir música em caixinhas de som, jogar cartas e até mesmo tomar banho de mangueira nos dias de muito sol. No entanto, um desafio enfrentado era a incerteza da presença dessas pessoas na semana seguinte. No início de cada mês, muitos usuários deixavam de comparecer ao CentroPop por terem recebido auxílio do governo. Além disso, a frequência dos usuários é incerta, pois durante a semana que se passou, muitos imprevistos podem ocorrer enquanto estão nas ruas. Além das rodas de conversa, foram realizadas diversas atividades complementares, incluindo a exibição de vídeos educativos e documentários sobre temas específicos, como abstinência de drogas e álcool, e a organização de oficinas de dança, música e jogos. Adicionalmente, foram conduzidos acolhimentos psicológicos individuais com aqueles que optaram por não participar das rodas de conversa. Os/as estagiários/as conseguiram estabelecer um vínculo significativo de identificação e respeito com os usuários por meio do estilo musical escolhido para iniciar as atividades. Ao chegar ao CentroPop, eles ligavam a caixa de som e tocavam a música "Vivão e Vivendo", do grupo Racionais Mc's, o que muitos recebiam com entusiasmo, cantando, dançando e expressando gratidão pela escolha musical. Nas oficinas de dança, o estilo musical mais solicitado era o Funk, e a escolha pelos gêneros musicais Rap e Funk foi feita estrategicamente pelos/as estagiários/as, com o objetivo de transmitir uma mensagem aos usuários e também por se identificarem com esses estilos musicais.

CONCLUSÃO

A experiência neste campo proporcionou aos/as estagiários/as uma nova perspectiva sobre a situação de rua, na qual os usuários do CentroPop compartilharam suas histórias de vida. Embora as trajetórias até a situação de rua possam ser semelhantes, marcadas por sofrimento, abandono, negligência familiar, falta de oportunidades e decisões equivocadas que levaram a prisões ou interrupção dos estudos, cada história pessoal é única e reflete a subjetividade de cada indivíduo. Independentemente da cultura local, observa-se que nossa sociedade apresenta falhas que contribuem para a crescente desigualdade e desamparo, especialmente entre os menos favorecidos, incluindo a classe média baixa e baixa. Diante dessas nuances, destaca-se a importância dos serviços oferecidos pelo CentroPop. A prática realizada foi produtiva e proporcionou um ambiente de acolhimento para uma ampla gama de histórias de vida. Isso ressalta a necessidade de reavaliar as estratégias de assistência social, com o intuito de melhorar o ambiente destinado a essas pessoas e oferecer-lhes um tratamento digno.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência social; Acolhimento; Centro referência da pessoa em situação de rua;

REFERÊNCIAS:

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE: Centro Pop Adulto. Atualizado, 2022. Disponível em: <prefeitura.pbh.gov.br/smasac/assistencia-social/equipamentos/centro-pop-adulto>. Acesso em 01 out. 2023.



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO PRISIONAL: A EXPERIÊNCIA DO CULTHIS

CASSIE DINIZ XAVIER D'ALCANTARA
Graduanda em Letras (UFMG)

DIEGO SANTOS DE OLIVEIRA
IGOR REIS ANICIO
MANUELA MARIA MAGALHÃES DE ALMEIDA
RODRIGO CAVALHEIRO PEREIRA
THAYANE APARECIDA ANTUNES GONÇALVES
VICTÓRIA MATIAS SANTOS
Graduandos em Psicologia (UFMG)

CAROLYNE REIS BARROS
Professora do Departamento de Psicologia (UFMG)

Eixo temático: Psicologia Social, ensino, pesquisa e extensão

INTRODUÇÃO

Com uma população carcerária de quase 840 mil pessoas presas no Brasil (SENAPPEN, 2023), há ainda uma carência de espaços nas universidades e políticas públicas que direcionem o olhar para os efeitos do encarceramento. As precárias condições dos estabelecimentos prisionais e as constantes violações de direitos afetam não somente as pessoas encarceradas como também os seus familiares e amigos, que também sofrem os impactos do cárcere e têm seus direitos violados por ele. Logo, partindo da urgência de ações que contemplem esse público e pensando na universidade como um espaço de ensino e produção de conhecimento, bem como na sua responsabilidade em estabelecer diálogos junto à sociedade através da extensão universitária, foi criado, em 2007, o Programa Culthis: *Espaço de atenção psicossocial à pessoa presa, ao sobrevivente do cárcere, familiares e amigos*, vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab/UFMG).

OBJETIVO

O presente resumo pretende apresentar o programa de extensão Culthis que se estrutura a partir de três eixos: i) atenção psicossocial, ii) articulações políticas e iii) formação. Seu objetivo principal é oferecer um espaço de atenção e acolhimento a pessoas afetadas pelo sistema prisional, promover debates acerca do tema, tanto dentro da universidade como fora dela além de atuar em articulação com programas já existentes tais como: Frente Estadual pelo Desencarceramento, Frente Mineira de Drogas e Direitos Humanos e RAESP (Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Prisional).



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:
Praça Arnaldo Jansen, 200
Funcionários | BH / MG | 30130-066
31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:
Rua Vítorio Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
31 3524-5000

CAMPUS PILAR:
Rua Professor Otávio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
31 3524-5000

METODOLOGIA

Para tal, o programa é pautado nos seguintes referenciais teórico-metodológicos: o Abolicionismo Penal (DAVIS, 2018; ZAFFARONI, 1991), que embasa nossas discussões e ações partindo da premissa de transformação da sociedade e abolição das formas de privação de liberdade; a Ergologia (SCHWARTZ, 2011; TRINQUET, 2010), que propõe o diálogo horizontal entre os saberes da academia e da experiência, a partir da qual desenvolvemos ações em conjunto aos sujeitos afetados pelo cárcere; e, finalmente, a Clínica Política (KOLKER, 2018) e o Sofrimento Ético-Político (SAWAIA, 2001). Partindo do entendimento de que o sofrimento produzido socialmente é atravessado pela vivência cotidiana e individual das questões sociais de cada época, nos propomos a atuar visando acolher vítimas de violências que geram danos que são, também, psíquicos e que muitas vezes são produzidas pelo próprio Estado, nesse caso, através do encarceramento. Em relação a cada eixo do programa, o primeiro - atenção psicossocial - contempla as práticas realizadas junto às pessoas afetadas pelo cárcere, os atendimentos presenciais e virtuais ou por meio de cartas, além da presença nas filas das unidades prisionais nos dias de visita e/ou entrega de itens de necessidade básica às pessoas presas (kits). Os acompanhamentos são realizados por um extensionista de referência para cada caso e que consiste em um acolhimento a partir da escuta engajada, orientações jurídicas, articulações com políticas públicas e diferentes redes de apoio (SUAS, Defensoria Pública, Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade). Uma das possibilidades, ainda, é o encaminhamento para a rede de psicólogas voluntárias que atuam junto ao projeto (Rede Psi), de modo a abarcar as demandas trazidas pelas atendidas. No eixo de articulações políticas, compomos diferentes espaços de representação da sociedade civil de modo a manter uma atuação política e a pautar reivindicações relacionadas ao sistema prisional. São os espaços: a Frente Mineira de Drogas e Direitos Humanos, o Conselho da Comunidade da Comarca de Ribeirão das Neves, a Rede de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional - RAESP, o movimento Desativa PJMA, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional, além de parcerias com instituições e grupos sociais. Dentre essas ações de reivindicações de direitos, o Culthis é um dos criadores da Plataforma Desencarcera!, um canal virtual de denúncias anônimas de violação de direitos que ocorrem nas unidades prisionais e socioeducativas de Minas Gerais. Por fim, o terceiro eixo - formação -, corresponde aos espaços de debate sobre o cárcere e temáticas correlatas, em que são organizados os Diálogos Sobre Cárcere, eventos mensais para conversar sobre o sistema prisional a partir de obras audiovisuais; Grupos de Estudos, abertos à comunidade acadêmica e externa, com diferentes temas relacionados ao sistema prisional; as formações internas, voltadas à equipe do Culthis, a respeito de assuntos relacionados à nossa atuação (como o Sistema Socioeducativo, o SUAS, psicofarmacologia, entre outros), de modo a qualificar nossas práticas junto às pessoas atendidas. Dessa maneira, os três eixos contribuem para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, já que se estruturam nas ações dos extensionistas junto ao público alvo, oferecendo também uma formação teórica no ambiente universitário e a produção de novos conhecimentos a partir da prática.

RESULTADOS

A partir dos objetivos propostos e seguindo a divisão dos eixos temáticos para melhor organização dos resultados, atualmente fazemos o acolhimento psicossocial de 64 pessoas, das quais 38 são mulheres, 31 se identificam como pretas ou pardas, 16 se identificam como brancas e suas idades variam entre 18 e 62 anos. Atualmente 18 delas são acompanhadas pela Rede Psi. Referente às filas em que oferecemos atendimento no último ano, estivemos presentes nas seguintes unidades: Centro de Remanejamento do Sistema Prisional - CERESP Gameleira, Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, Presídio Antônio Dutra Ladeira, Presídio Inspetor José Martinho Drumond e na Penitenciária Nelson Hungria. Em relação às articulações políticas, na Plataforma Desencarcera!

recebemos 434 denúncias ao longo de 2023, totalizando 3.415 denúncias no site desde sua criação, em 2018. A partir desses dados, publicamos um relatório explicitando os principais tipos de violações de direitos denunciadas na Plataforma, publicado no primeiro trimestre de 2023. Na Plataforma, também disponibilizamos materiais informativos produzidos em parceria com diferentes grupos, como a cartilha “O que é o SUAS?”, a “Cartilha da Pessoa Presa e seus familiares” e a “Cartilha da Mulher Presa”. Já no eixo de formação, promovemos, em 2023, para a comunidade acadêmica e externa, cinco eventos do “Diálogo Sobre Cárcere”, nos quais abordamos os temas das Prisões LGBTQIA+, das Gestantes presas, dos manicômios judiciários e das comunidades terapêuticas; e oferecemos dois grupos de estudos, sendo eles o “Conversas Abolicionistas” e o “Conversas sobre Criminologia Crítica: diálogos a partir da América Latina”. Além disso, por meio de um diálogo entre o Programa de Extensão, o ensino e as pesquisas realizadas pelo LabTrab, citamos a realização das pesquisas “População presa migrante em Minas Gerais: impactos psicossociais do encarceramento e acesso a direitos” (2022), “O trabalho social nas prisões: agentes de pastoral carcerária e membros de conselhos da comunidade” (2022), e “Trabalho e saúde no sistema prisional e socioeducativo: pesquisa-intervenção e extensão dialógica entre pesquisadoras e trabalhadoras organizadas” (2023), e a oferta da Disciplina de Cárcere e Direitos Humanos pela professora coordenadora do Programa.

CONCLUSÃO

Assim, o Culthis cumpre um papel fundamental de articulação entre ensino, pesquisa e extensão ao possibilitar não só um espaço de acolhimento das pessoas impactadas pelo cárcere a partir de uma perspectiva transdisciplinar, como também a construção de um projeto emancipatório com as familiares e sobreviventes do cárcere. Finalmente, é fundamental ressaltar que a centralidade da perspectiva abolicionista penal no projeto parte do entendimento de que a reparação não é possível se não houver uma profunda revolução em um sistema que distingue o valor das vidas a partir das relações de opressão em relação à classe, raça e gênero. Portanto, a luta pela revolução e reparação são elementos indispensáveis na construção de uma sociedade livre de tais opressões. (KOLKER, 2018).

PALAVRAS-CHAVE: Sistema prisional. Atenção psicossocial. Cárcere. Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS:

- DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?**. Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- KOLKER, T. **Atenção psicossocial a afetados pela violência de Estado**: subsídios e contribuições para a construção de uma política pública. In: Olívia Morgado Françoso. (Org.). *Clínica política - a experiência do Centro de estudos em reparação psíquica Lá em Acari*. Rio de Janeiro: ISER, 2018, v. 01, p. 155-209.
- SAWAIA, B.B. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão** In: Sawaia, B.B. (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2 ed. Petrópolis: Vozes (p. 97-118).
- SCHWARTZ, Y. **Qual sujeito para qual experiência?** *Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva*, Brasília, v. 5, n.1, p. 55-67, 2011. Disponível em: [Vista do Qual sujeito para qual experiência ? | Tempus - Actas de Saúde Coletiva](#). Acesso em 01 nov. 2024.
- TRINQUET, P. **Trabalho e educação**: o método ergológico. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, p. 93-113, ago. 2010. Disponível em: [Vista do Trabalho e educação: o método ergológico | Revista HISTEDBR On-line](#). Acesso em: 01 nov. 2024.
- ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.



GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO: POLÍTICAS DE ATENÇÃO A VIOLÊNCIA EM BELO HORIZONTE/MG

YAN RIBEIRO BALLESTEROS

Advogado, Psicanalista, Docente no curso de Direito na Alfa Unipac, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Especialista em Psicologia Jurídica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestre em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor Geral do Instituto Casa da Palavra

Eixo Temático: Psicologia Social, políticas públicas e direitos humanos

INTRODUÇÃO

Cada vez mais presentes, as discussões sobre gênero e masculinidades têm levantado debates significativos sobre como meninos, adolescentes e homens se veem e se comportam no laço social. Mas, sendo a violência de gênero um triste fenômeno secular, historicamente vivido e sofrido por todos e todas, o que há de diferente? O que mudou foi justamente a consciência que temos das relações de gênero. Consciência oriunda dos avanços acadêmicos, do pensamento e das políticas públicas, da nossa mudança de perspectiva, nas escutas e resistências políticas, que trouxeram avanços no combate à violência de gênero. No fluxo dessas mudanças, o Instituto Casa da Palavra tem por direção um trabalho em rede interseccional, transversal, cidadão, antirracista e antissexista voltado à sociedade sobre o exercício de suas masculinidades e suas consequências no laço social. Fazemos parte de um movimento contracíclico, entre tantos outros importantes, de convocar os homens para o debate sobre violência de gênero, pensando na criação em portas abertas de espaços de diálogo e conexões.

OBJETIVO

Dentre os projetos de pesquisa e intervenção que o Instituto propõe, o que será tratado no presente trabalho diz respeito a uma parceria iniciada em janeiro de 2022 com o Serviço de Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar de Minas Gerais na execução de Grupos Reflexivos de Gênero destinado aos Homens Autores de Violência contra as Mulheres, em razão de terem praticado alguma das condutas previstas na Lei “n” 11.340/06 (Lei Maria da Penha).



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Jansen, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Milton Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otílio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30350-160
☎️ 31 3524-5000

METODOLOGIA

Trata-se de uma prática inovadora, tendo em vista não necessitar de encaminhamento via Medidas Protetivas de Urgência, que nasce das inquietações de um contexto atual de extrema urgência em se criar ações efetivas que alcancem também o público masculino e suas estruturas, tendo em vista serem os agentes causadores do fenômeno da violência de gênero. Importante considerar também que, no que diz respeito à violência de gênero, muitas das vezes é atribuído aos homens um lugar de alienação, de não participação em uma discussão da qual é parte fundamental se pensamos em transformações nos padrões de relacionamento. O objetivo do projeto é o de propor a criação de espaços de encontro e diálogo onde os participantes refletem sobre suas experiências, compartilham perspectivas e aprendem com os relatos uns dos outros. Funcionam, portanto, como um espaço acolhedor e facilitador de mudanças por meio do diálogo e do compartilhamento de vivências entre pessoas que passaram por situações semelhantes, a fim de produzir novos conceitos e práticas orientados ao fim da violência de gênero, assim como intervir nos padrões de masculinidade hegemônica, causadores de sofrimento físico e mental.

RESULTADOS

A contribuição dos grupos reflexivos no enfrentamento da violência consiste na promoção de diálogos entre os componentes, favorecendo a compreensão sobre as situações de violência e a construção de relações de gênero mais equitativas. Nesse sentido, o diferencial dos grupos reflexivos para outros tipos de atendimento em grupo reside na realização de ações reflexivas em um espaço interativo onde os homens compartilham suas dores, temores e o silêncio sobre a sua vida pública e privada. O grupo reflexivo funciona, portanto, como um espaço acolhedor e facilitador de mudanças por meio do diálogo e do compartilhamento de vivências e experiências entre homens que viveram situações semelhantes (Acosta et al., 2004). A proposta é colaborar com a criação de novas formas de se pensar o território e criar estratégias de reinserção de Homens Autores de Violência no município de Belo Horizonte–MG através de ações coordenadas de atenção aos autores que subsidie reflexões e práticas interseccionais cidadãs, antirracistas e antissexistas, além de produzir material resultante das intervenções e pesquisas realizadas. A aposta da metodologia reflexiva é que, ao longo dos encontros, os participantes aumentem seus repertórios intelectuais e emocionais para lidar com seus conflitos e desafios, aprendendo outras formas de resolução de conflitos que vão para além da violência. Esta aposta tem trazido bons resultados, tendo em vista que, desde o início do projeto, nenhum dos 34 homens que participaram do projeto voltou a ter um Boletim de Ocorrência em seu desfavor, ou seja, não houve reincidência, na prática de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Dos grupos, podemos coletar o quão poderoso é o fato de homens estarem juntos, se identificando, se abrindo, colocando-se em lugar vulnerável para outros homens. Promover a criação de espaços onde os homens possam falar sobre seus sentimentos pode ser benéfico não apenas para eles mesmos, como também para as relações que constroem. O ambiente possui um peso grande e, se a pessoa não se sente confortável, não aprende, mesmo quando as melhores didáticas são aplicadas.

CONCLUSÕES

A possibilidade de falar, de compartilhar experiências de vida que poderiam levar ao ato violento podem proporcionar modificações e produção de novas narrativas; trabalho característico da escuta e prática reflexiva. A inclusão no debate de todas as formas de ser e estar no mundo se faz extremamente necessária para que ações transformadoras possam ser possíveis, para a abertura ao pensamento crítico. Não se criam novos homens sem ruptura, sem o confronto com o homem velho. Isso quer dizer que podemos fazer do projeto e dos encontros que seguirão a aurora de novas formas de ser e estar no mundo, fazendo bom uso do caminho trilhado até então.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades. Grupos. Prevenção. Responsabilização.

REFERÊNCIAS:

ACOSTA, F. [et all...] **Conversas homem a homem:** Grupo reflexivo de gênero - metodologia. Rio de Janeiro: Instituto NOOS.



HISTÓRIAS DE OFICINA "BORA LA MEN 2.0"

FELIPE ROMÃO FERREIRA
Estudante de Psicologia da Faculdade Arnaldo

THIAGO MICHEL PEREIRA SILVA
Estudante de Psicologia da Faculdade Arnaldo

Eixo Temático: "Psicologia Social, desigualdades e práticas de transformação"

INTRODUÇÃO

O *Bora lá, men!*, idealizado por Hugo Bento, e, atualmente, sediado no Instituto Casa da Palavra, é um projeto de intervenção psicossocial que tem como principal objetivo fomentar espaços de discussão e reflexão sobre gênero e masculinidades com adolescentes e jovens. Frente as ocorrências de violência no Brasil contra a mulher, de violência doméstica, casos de feminicídio, crimes de LGBTfobia, assassinatos e altas taxas de autoextermínio de homens (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023) surge o *Bora lá, men!*. Assim, o projeto visa cooperar com a prevenção de "tais fatos, estimulando modos de ser homem que não passam pela imposição da força e pela negação das vulnerabilidades" (Bento, 2023).

OBJETIVO

Este relato tem como objetivo compartilhar uma experiência de intervenção do projeto realizada no bairro Taquaril, em Belo Horizonte/ MG, no segundo semestre de 2023, destacando a relevância de ações reflexivas sobre gênero junto aos adolescentes e o encontro entre a teoria e a prática que a supervisão proporciona.

METODOLOGIA

Diante do exposto, descrevemos os encontros de uma oficina reflexiva sobre gênero e masculinidades com adolescentes na Casa do Hip Hop, no bairro Taquaril, em Belo Horizonte/ MG e relatamos o processo de supervisão ocorrido durante a execução da intervenção. Junto ao grupo composto por 13 adolescentes do sexo masculino, do dia 14 de setembro ao dia 23 de dezembro de 2023, atuamos como facilitadores de seis oficinas reflexivas sobre gênero. Cada uma das oficinas ocorreram em três etapas: (i) a mobilização e a sensibilização dos jovens demarcavam o início de cada encontro, por meio do acolhimento e a apresentação de um disparador seguido de uma proposta de atividade; (ii) a



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Janssen, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
☎ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Vitorino Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
☎ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otávio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
☎ 31 3524-5000

discussão e a reflexão em torno do tema e da atividade proposta; (iii) e a conclusão, onde valorizávamos as ideias e os sentimentos apresentados pelos jovens durante a discussão, provocando uma reflexão grupal sobre o que fora dito e como se aplicam as conclusões no dia-a-dia.

RESULTADOS

No primeiro encontro, o disparador foi o questionamento “o que é ser homem?” e o instrumento de fala usado foi a massa de modelar. Durante a atividade mobilizadora surgiram as primeiras falas: “ser homem é difícil”, “vou fazer um cara bombadasso”, “respeito”. Durante a discussão e reflexão - momento em que percebemos a relevância da técnica indicada pelo supervisor - o disparador e a modelagem exerceram sua função no grupo. Cada um teve seu espaço de fala, de opinião, de liberdade, e tentamos estimular a participação dos jovens, sem recriminações moralistas. Escutamos muitas respostas associando a identidade masculina à prática sexual intensa e ao “respeito”. Ao retornarmos à supervisão, recebemos duas direções possíveis para o próximo encontro: seguir no tema da sexualidade ou no tema “respeito”, ambos os mais suscitados. Escolhemos a via do “respeito”. Para o segundo encontro, o disparador foi “o que é o respeito para cada um?” e como instrumento da fala, utilizamos o desenho, sendo que cada jovem poderia apresentar dois desenhos, sendo um momento da vida em que se sentiram respeitados e outro em que se sentiram desrespeitados. Entre os desenhos, vimos alguns com conotação de dinheiro como “poder e status”, o reconhecimento feminino como diferencial entres os demais homens, um “rei” assentado ao lado de duas meninas que quando pequeno o chamou de feio e agora que mais velho já havia conquistado as duas ao mesmo tempo, dentre outros. Os jovens, servindo-se dos desenhos, relataram situações em que foram reconhecidos afetivamente, bem tratados ou desejados pelas garotas como demonstração de “respeito”. Por sua vez, desenharam e relataram ocorrências em que não foram bem quistos ou rejeitados sexualmente como exemplos de desrespeito. Em supervisão, percebemos o quanto o “respeito” para esse grupo se mostrava conectado à afetividade e à sexualidade e notamos o quão sensível era, para aqueles meninos, a experiência de recusa sexual por parte de uma garota. No terceiro e quarto encontros, então, trabalhamos com o grupo o que se faz para tornar-se aprazível aos olhos dos outros, aceito pelos outros, e como se reage quando os outros não respondem com desejo ou aceitação. Para isso, fizemos uma adaptação do jogo “Imagem & Ação” e o usamos como plataforma de discussão e reflexão. Durante o jogo, uma das palavras a ser comunicada de modo não-verbal era “homem”; os gestos do jogador - pegou nos órgãos sexuais, andou de forma forte e agressiva, mostrou o bíceps - apontaram para as mesmas ideias do que é ser homem discutidas na primeira oficina. O curioso é que nenhum jovem acertou! No quarto encontro, ainda com o jogo adaptado “Imagem & Ação”, surgiram alguns questionamentos e perguntas dos adolescentes explicitamente direcionadas a nós, facilitadores: “o que é ser homem, afinal?”, “mas o que significa, então, ser um homem, cara?”. Sustentamos o valor de tais perguntas e provocamos a reflexão sobre elas, de modo que o grupo pôs-se a falar abertamente sobre o desejo das mulheres e a força física como elementos definidores da masculinidade. Sob orientação da supervisão, no quinto encontro, conduzimos uma rememoração do que fora trabalhado nas oficinas anteriores, sobre o reconhecimento e carinho das mulheres e a ligação da masculinidade com a força física, de maneira que os adolescentes começaram a relatar que agem com agressividade, demonstrando força e violência quando não obtém a resposta sexual que almejam. Neste dia, fechamos o encontro com a reflexão de que nem sempre seremos desejados por uma mulher e em linguagem acessível conversamos sobre consentimento. Junto do supervisor Hugo Bento e o oficineiro de grafite Lucas Alfa, que nos acolheu na Casa do Hip Hop, propusemos aos adolescentes uma produção de arte grafite em torno do que discutimos nas oficinas reflexivas e eles responderam positivamente. No dia 23 de dezembro de 2023 encontramos todos os jovens no CRAS Taquaril, para a inauguração do grafite sobre “o que é ser homem?”, realizado em um muro na comunidade cedido aos jovens. O desenho compõe a imagem de um homem negro, que em posição de voo, segue os céus livremente. Em seus

punhos, algemas e correntes quebradas, ao seu lado, três homens mostrando expressões de afeto, emoção e choro. Cores alegres e vivas deram o tom e palavras que surgiram na oficina complementam a arte reflexiva. “Respeito”, “Paz”, “Afeto”, “Quem disse que homem não chora? Até Jesus chorou” marcaram de forma significativa as vidas daqueles jovens e as nossas vidas.

CONCLUSÕES

Ao experimentar o encontro entre a teoria desenvolvida no percurso acadêmico e a prática supervisionada por Hugo Bento, percebemos o potencial transformador das intervenções psicossociais junto aos adolescentes que atravessam diversas questões de ordem econômica, étnico-raciais e de gênero. No nosso caso, o contato com o tema das masculinidades e suas implicações, assim como as oficinas, nos provocaram algo único e transformador para além da atuação profissional: uma responsabilização quanto a ser homem. Ao compartilhar uma experiência de trabalho e estudo sobre masculinidades, esperamos contribuir para que mais pessoas lancem olhares, ouvidos e mãos para a redução das violências de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Oficinas, Reflexão, Masculinidades, Prevenção, Adolescências.

REFERÊNCIAS:

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023). São Paulo: FBSP, 2023.

BENTO, Hugo. **Metodologia de trabalho do Bora lá, men!**. Documento interno. Belo Horizonte: Instituto Casa da Palavra, 2023.

LUCCA, Bruno. **Brasil registrou 273 mortes violentas de pessoas LGBTQ+ em 2022. Folha de São Paulo**, 11 maio 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/brasil-registrou-273-mortesviolentas-de-pessoas-lgbt-em-2022.shtml>>. Acesso em 31 março. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. **Violência contra a mulher**. Belo Horizonte: SESUP, 2023. Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/component/gmg/page/3118-violencia-contra-amulher?layout=print>>. Acesso em 31 março. 202



LABORTERAPIA E INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA NAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS: ESCRavidÃO CONTEMPORÂNEA E TRÁFICO DE PESSOAS EM CONFLITO COM OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

PEDRO DE PAULA DO NASCIMENTO TEIXEIRA
Mestrando em Ciências Sociais pela PUC Minas e bolsista FAPEMIG

VITOR HENRIQUE SILVA PIMENTA
Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais

Eixo temático: Psicologia Social, políticas públicas e direitos humanos.

INTRODUÇÃO E PROBLEMA

O presente trabalho teve o objetivo de analisar o tratamento moralizante nas comunidades terapêuticas brasileiras, comparando a prática da laborterapia com o crime de redução à condição análoga à de escravo, bem como analisar a prática de internação involuntária realizada irregularmente, comparando-a o crime de tráfico de pessoas, ambos os crimes tipificados nos artigos 149 e 149-A do Código Penal. A prática de “laborterapia” consiste em nomear um determinado “*labor*” (trabalho) como terapêutico. É uma suposta terapia empregada em instituições asilares que trabalham a internação de pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, em especial nas comunidades terapêuticas (CT’s). Já as internações em CT’s, voluntárias ou não, são proibidas pela Lei de Drogas de 2006 e portanto, qualquer modalidade de internação em comunidade terapêutica é por natureza ilegal. Entretanto, quando a internação nessas instituições, que já é ilegal, se dá sem a autorização expressa do sujeito que está sendo internado, levanta-se a hipótese de este está sendo sequestrado e traficado. As CT’s não apenas reconstruíram e atualizaram o chamado “tratamento moralizante” dos antigos manicômios, utilizando de estratégias contemporâneas, como também estabeleceram o trabalho (não remunerado) como um dos principais “métodos de tratamento” disponíveis. Tal constatação é evidenciada pelo Relatório da Inspeção Nacional às Comunidades Terapêuticas do Conselho Federal de Psicologia (2018) e pela própria Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT) em 2017, com sua Nota Técnica sobre o Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras. Na Nota de 2017, a FEBRACT evidencia que 92,9% das CT’s utilizam da

laborterapia, sendo que a prática só perde em números, para o uso da espiritualidade como método de tratamento (95,6% das CT's).

METODOLOGIA E OBJETIVO

Para realização do trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica a partir do levantamento e análise dos decretos e leis referentes à Saúde Mental já publicados no Brasil com o objetivo de compreender o que na estrutura da política pública permite o tráfico de pessoas e escravização contemporânea da população pela via da narrativa do cuidado sanitário e assistencial. A análise tem seu início com o Decreto Nº 82 de 1841, publicado na data de coroação de Dom Pedro II, que instituiu a fundação do primeiro Hospício brasileiro, até a Lei Nº10.216 de 2001, que instituiu o processo de Reforma Psiquiátrica brasileira. Também foram analisadas as Leis Nº 10.803 de 2003 e Nº 13.344 de 2016, que tipificam os crimes de redução à condição análoga à de escravo e tráfico de pessoas, no Código Penal brasileiro. Também foi analisada a Lei Nº 11.343 de 2006, conhecida como Lei de Drogas. Tal análise permitiu a compreensão de que logo após a abolição da escravidão no Brasil, no ano de 1888, a prática de redução de pessoas à condição análoga à de escravo nos manicômios brasileiros fora deliberada (via decretos do poder executivo) em menos de dois meses após a Proclamação da República, considerando que a República fora instituída em 15 de novembro de 1889, e o Decreto Nº 142-A de 11 de janeiro de 1890, que rompia o compartilhamento do controle do Hospício Nacional com a provedora Santa Casa de Misericórdia, foi publicado 56 dias após a proclamação. Em sua redação, o Decreto Nº 142-A de 1890 dizia que “se torna necessário reformar, sob um plano íntegro e coerente, a assistência médica e legal dos alienados, completando-a e dotando-a com um serviço agrícola a este destinado.” (BRASIL, 1890).

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Foi constatado que não existe lei, portaria ou decreto em vigor, que reconheça a laborterapia como método de tratamento, acolhimento, cuidado ou atenção à pessoa com sofrimento mental, seja ela usuária ou não de álcool e outras drogas. Também não há regulamentação da prática profissional de “laborterapeuta” no Brasil, ou seja, não existe Conselho Profissional ou qualquer autarquia que regulamenta a prática da aplicação da laborterapia nesses espaços de privação de liberdade e, portanto, enquanto “terapia” qualquer um poderia prescrevê-la sem o crivo de limites éticos, entrando em conflito com a lei como constatado no relatório da inspeção nacional em que internos de uma CT tiveram como terapia a construção de uma casa de praia para a diretora da instituição. O Estado brasileiro não apenas está ciente de tais violações sistêmicas, como também pactua com este método de aniquilamento da população brasileira, e em maior escala, da população jovem, negra e periférica. Apresentando o cenário das condenações do país na Corte Interamericana de Direitos Humanos, por violação de direitos em um manicômio, com o caso Ximenes Lopes *versus* Brasil (2006) e pelo crime de escravidão contemporânea, com o caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde *versus* Brasil (2016), é possível argumentar que há em curso um movimento de resgate de métodos de violações sistêmicas de direitos que já fizeram a República Federativa do Brasil ser mundialmente exposta por promover a barbárie, e que a República não respeita a própria legislação vigente e tampouco as determinações e sentenças das autoridades internacionais no que é tangente aos Direitos Humanos. Aponta-se também que a promulgação da Lei de Drogas em 2006, veio a promover a privação de liberdade da negritude brasileira, não apenas pela via do sistema prisional, mas também via comunidades terapêuticas, que sob o pretexto do uso da laborterapia, impõe a escravização contemporânea em massa da juventude negra e periférica, muitas das vezes após traficar estes sujeitos sob a prerrogativa (ilegal) de internação involuntária. A laborterapia remonta o emprego da escravidão contemporânea, do tráfico de pessoas e do trabalho forçado, como violações presentes

no tratamento moralizante das antigas colônias psiquiátricas agrícolas e hospitalares para alienados, desviando as finalidades do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social ao fazê-los financiar instituições escravistas e violadoras. O tráfico de pessoas negras para reduzi-las à condição análoga à de escravo, tornou-se política pública a partir da inclusão das comunidades terapêuticas na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde no ano de 2011, sendo que nunca, nenhum governo federal desde então, questionou este modelo de violação sistemática de direitos e garantias fundamentais. Com a criação do departamento de apoio às comunidades terapêuticas no Ministério do Desenvolvimento Social em 2023, é possível constatar que mesmo tendo sido eleito pelas massas populares e vanguardas democráticas, tampouco o atual governo federal se importa com os direitos e garantias fundamentais dos usuários de álcool e outras drogas.

PALAVRAS-CHAVE: saúde mental, escravidão contemporânea, tráfico de pessoas, comunidades terapêuticas, Luta Antimanicomial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ARBEX, Daniela. **O Holocausto Brasileiro.** São Paulo, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/Holocausto_brasileiro_vida,_genoc%C3%ADdio_e_60_mil_mortes_no_maior_hosp%C3%ADcio_do_Brasil.pdf>. Acessado em: 29 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto 24.559 de 3 de julho de 1934.** Dispõe sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24559.htm> Acessado em: 29 mar. 2023.
- BRASIL. **Lei 10.216 de 06 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm> Acessado em: 29 mar. 2023.
- BRASIL. **Lei 10.803 de 11 de dezembro de 2003.** Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803.htm> Acessado em: 29 mar. 2023.
- BRASIL. **Decreto 5.017 de 12 de março de 2004.** Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm> Acessado em: 29 mar. 2023.
- BRASIL. **Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas.**
- BRASIL. **Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm> Acesso em: 29 mar. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório Da Inspeção Nacional Em Comunidades Terapêuticas.** Brasília, 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Ximenes Lopes Versus Brasil

- Sentença De 4 De Julho De 2006 (Mérito, Reparações E Custas). Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_149_por.pdf>. Acesso em 22 mar. 2024.
- CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Trabalhadores Da Fazenda Brasil Verde Vs. Brasil Sentença De 20 De Outubro De 2016. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_318_por.pdf>. Acesso em 20 mar. 2024.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. Editora Gallimard, 1972.
- GOFFMAN, Erving, 1922-1982. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada / Erving Goffman;. [tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes].
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Perfil Das Comunidades Terapêuticas Brasileiras. Brasil, 2017. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20170418_nt21.pdf>. Acesso em 22 mar. 2024.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios. (2017). [Acessado 18 março 2024] , p. 146. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Situação dos Direitos Humanos no Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/brasil2021-pt.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2024.
- PASSOS, R. G. **“Holocausto ou Navio Negroiro?”**: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira / Holocaust or “The Ship Negroiro?": concerns for the Brazilian Psychiatric Reform. Argumentum, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 10–23, 2018. DOI: 10.18315/argumentum.v10i3.21483. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum> > Acesso em: Acesso em 20 mar. 2024.
- PINEL. P. **Tratado Médico-Filosófico sobre a Alienação Mental, ou a Mania (1801)**. Traité Médico-Philosophique sur l’Aliénation Mentale ou la Manie. Paris: Richard, Caille e Ravier, 1801. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, vol. VII, núm. 3, setembro, 2004, pp. 117-127. Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental São Paulo, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017762011>> Acesso em: 12 mar. 2024.
- SANTOS, dos Camila Augusta. **Antagonismos e contradições na política sobre drogas**: os pontos de atenção residencial de caráter transitório. Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.esp.mg.gov.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/318/TCC%20Camila%20Augusta%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 12 mar. 2024.
- SAWAYA, B. **As Artimanhas Da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética Da Desigualdade Social**. 3.ed.- Petrópolis: Vozes, 2001.
- SHIMOGURI, Ana Flávia e COSTA-ROSA, Abílio. **Do tratamento moral à atenção psicossocial**: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2017, v. 21, n. 63. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0202>> Acesso em: 27 mar. 2024.
- SOARES, Gabriella. **Investimento Federal em Comunidades Terapêuticas sobe 95%**. Folha de São Paulo, São Paulo, 1 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/investimento-federal-em-comunidades-terapeuticas-sobe-95.shtml>> Acesso em 23 mar. 2024.



LEITOS DE SAÚDE MENTAL EM HOSPITAL GERAL: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA ANTIMANICOMIAL

AMANDA AYARA LIMA RIBEIRO

Acadêmica de Psicologia, Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG

ANA BEATRIZ PEREIRA DOS REIS

1 Acadêmica de Psicologia, Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG

ISABELLA CRISTINA BARRAL FARIA LIMA

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente de Psicologia na Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais e na Faculdade Arnaldo, Belo Horizonte/MG

Eixo Temático: Psicologia Social, Políticas Públicas e Direitos Humanos

INTRODUÇÃO

De acordo com Lei Federal 10.216, conhecida como lei da reforma psiquiátrica brasileira, as pessoas em sofrimento têm o direito de ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, conforme suas necessidades, e devem ser tratadas com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade (Brasil, 2001). Uma década depois, por meio da Portaria 3.088, instituiu-se a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Esta normativa prevê, que o cuidado para as pessoas com sofrimento mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas deverá acontecer nos serviços da atenção básica em saúde, nos serviços de atenção psicossocial especializada, na atenção à urgência e emergência, nos serviços de atenção residencial de caráter transitório, nas estratégias de desinstitucionalização e de reabilitação psicossocial e na atenção hospitalar. Em relação a esta última, a normativa indica como um dos pontos de atenção, as enfermarias especializadas em hospital geral. No município de Belo Horizonte, a RAPS vem sendo construída desde a década de 1990 e, desde 2018, conta com os leitos de saúde mental em hospital geral. Apresentar o relato de experiência de um estágio de Psicologia que consistiu na realização de atendimentos de pacientes internados em leitos de saúde mental em um hospital geral, em articulação com a perspectiva da reforma psiquiátrica antimanicomial e dos direitos humanos.



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Janssen, 200
Funcionários | BH / MG | 30130-066
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Vitorino Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otílio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
☎️ 31 3524-5000

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência (RE) que, conforme Daltro e Faria (2019), é uma metodologia de produção de conhecimento científico que abdica da pretensão moderna do discurso unificado e total, pois se constitui a partir da articulação de elementos teóricos, contextuais, históricos, políticos e críticos, a “uma marca identitária nesse processo de construção narrativa”. A experiência relatada refere-se à uma prática de estágio que aconteceu entre os meses de agosto e dezembro de 2023, com carga horária de três horas semanais aos sábados pela manhã, em um hospital geral da rede SUS, localizado em Belo Horizonte/MG. Trata-se de um estágio obrigatório, desenvolvido por acadêmicas do 6º período do curso de graduação em Psicologia, sob supervisão docente.

DISCUSSÃO

Semanalmente as estagiárias, divididas em duplas ou trios, realizavam atendimentos às pessoas com sofrimento mental grave e que estavam internadas nos leitos de saúde mental. Esses atendimentos consistiram em encontros das estagiárias com os pacientes, com o objetivo de fazer uma escuta ativa, em uma tentativa de acolhê-los e conhecer suas histórias. Os pacientes que acessam os leitos de saúde mental deste hospital geralmente não estão em crise de saúde mental, mas precisam de cuidados clínicos. Como todos os Centros de Referência em Saúde Mental (Cersam) de Belo Horizonte funcionam 24h, as crises de saúde mental são acolhidas nesses serviços, porém quando as pessoas precisam de cuidados clínicos intensivos, o hospital geral torna-se a referência. Essa prática de estágio também buscou aprofundar os conhecimentos das acadêmicas sobre psicopatologia em uma perspectiva que rompe com as estratégias tradicionais conhecidas como “apresentação de pacientes”, denunciadas como práticas objetificantes (Ferreira, 2010). A partir dos atendimentos, dos encontros de supervisão e das informações compartilhadas pela equipe de saúde mental, um aspecto chama atenção: os direitos humanos dessas pessoas são violados na maior parte de suas vidas. E entre atendimentos e supervisões, constatamos que as necessidades não atendidas ou os direitos violados impactam significativamente na vida dos sujeitos, principalmente no que se refere às complicações de saúde mental, incluindo o abuso de drogas. Temas como relações conflituosas com a família e ausência de rede de apoio, insegurança alimentar, ausência de moradia e/ou de trabalho eram comumente abordados pela maioria dos pacientes atendidos, que apontavam problemas diretamente relacionados com o descumprimento de garantias fundamentais previstas pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2016). Como exemplo, citamos o caso de Maria (nome fictício), uma mulher de 33 anos, em situação de rua, que foi hospitalizada após ter sido encontrada desacordada na rua devido ao abuso de drogas. Essa paciente foi atendida por nós em três sábados consecutivos. Maria contou sobre a relação com sua família e sobre sua vida antes do uso abusivo de drogas. Apresentou características de uma família estável emocionalmente e disse que gostava muito da vida que tinha, no entanto, com a morte dos pais, uma situação de desamparo surge: Maria passou a fazer o uso abusivo de drogas e os problemas maiores se iniciaram. Apesar de ter parentes, ela não tinha uma rede de apoio, não tinha laços e dizia que seus amigos eram aqueles com quem fazia uso de drogas. Essa situação de vulnerabilidade e a falta de políticas públicas que pudessem garantir seus direitos colocava Maria em uma situação delicada que preocupava a equipe de saúde mental do hospital geral. Ela não tinha para onde ir e nem mesmo recursos para lidar com seus problemas, que não eram exclusivamente individuais, como descrevemos. Em algumas conversas, Maria contou que frequentava um Cersam. Esse era um dos poucos apoios que ela tinha no campo das políticas públicas, o acesso a algum cuidado em saúde. Conforme Campos (2014), nos casos de crise, a possibilidade da sustentação de vínculos, ou o laço social, é em geral “mais decisiva do que o quadro clínico na modulação e qualificação do risco, da vulnerabilidade e do grau de urgência em uma crise”. A preocupação da equipe com o encaminhamento do caso de Maria, e de muitos outros similares, fundamenta-se justamente na dificuldade de manter esses pacientes, após a alta hospitalar, em uma

rede de cuidados, tendo em vista a fragilidade, ou a ausência, da rede de suporte e de acesso a outras políticas públicas além da saúde.

CONCLUSÃO

Sabemos que a Reforma Psiquiátrica representa um avanço significativo na promoção dos direitos humanos das pessoas com transtornos mentais e na busca por uma abordagem mais humanizada e eficaz na atenção à saúde mental. No entanto, a reforma enfrenta desafios, como a falta de recursos, resistência à mudança e o estigma associado ao sofrimento mental, incluindo aqueles decorrentes do uso abusivo de drogas. Nessa experiência de estágio, as acadêmicas puderam se deparar com uma questão que desafia a prática profissional: o não cumprimento de direitos fundamentais, como acesso à alimentação e moradia, que estão previstos em arcabouço legal e deveriam estar assegurados por meio de políticas públicas. Uma das reflexões que fica diante da discussão e do caso mencionado diz respeito ao papel da psicóloga em situações como aquela. Como previsto pelo Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) (CEPP), o profissional deverá atuar com base no “respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” além de “promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, atuando com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (CFP, 2005). Apesar de compreender as dificuldades encontradas decorrentes da situação que envolve a política institucional (governos federal, estaduais e municipais) e construções intersetoriais das políticas públicas, a(o) psicóloga(o) pode e deve sempre insistir na tentativa de informar as(os) pacientes sobre seus direitos e as formas de acessá-los. Ainda refletindo sobre os princípios fundamentais do CEPP, é válido salientar que todos os indivíduos merecem respeito e dignidade, e no momento da escuta isso pode ser ofertado, como uma tentativa de minimizar danos já causados em decorrência da ausência do acesso aos direitos básicos. Por fim, entendemos que apesar de a(o) profissional não conseguir solucionar o problema que, muitas vezes é a fonte dos demais conflitos – a injustiça social e ausência de acesso aos direitos fundamentais, a(o) psicóloga(o) pode ser uma figura ativa, em um espaço livre de julgamentos e que, verdadeiramente, dignifica o ser humano com o qual se depara. É válido salientar que essa também não pode ser uma tentativa de ocultar ou psicologizar problemas sociais, tratando-os de maneira individualizante. Por fim, compreendemos a importância dos leitos de saúde mental em hospital geral, como um dos componentes da RAPS para a efetivação do cuidado em liberdade e em rede, mas não podemos deixar de apontar os desafios do campo das políticas públicas para que, de maneira intersetorial, sejam garantidos os direitos humanos das pessoas em situação de sofrimento mental, tal como prevê a Lei Federal 10.216.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Reforma Psiquiátrica. Saúde Mental. Atenção Hospitalar.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Presidência da República.** Casa Civil. *Lei 10.216, de 6 de abril de 2001.* Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

BRASIL. **Ministério da Saúde.** *Portaria GM 3.088, de 23 de dezembro de 2011.* Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

BRASIL.[Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas

Constitucionais de Revisão n.1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n.186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

CAMPOS, Políbio. **Crise, Rede e Hospitalidade:** uma abordagem para a Reforma Psiquiátrica. In. Jorge, Marco Aurélio Soares; Carvalho, Maria Cecília de Araujo; Silva, Paulo Roberto Fagundes. *Políticas e cuidado em saúde mental: contribuições para a prática profissional*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. p. 161-195.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Conselho Federal de Psicologia, Brasília.

DALTOR, Mônica Ramos, FARIA, Anna Amélia de. **Relato de experiência:** uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 223-237.

FERREIRA, Silvia Maria. **Tudo que existe merece perecer**. In. Ana Marta Lobosque (Org.). *Caderno Saúde Mental 3 – Saúde Mental: os desafios da formação*. Belo Horizonte: ESP-MG.



O PROGRAMA DIALOGAR: GRUPOS REFLEXIVOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA - RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

PEDRO HENRIQUE ARAUJO NUNES

Graduando em Psicologia pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG)

NARJARA LUIZA NOVAES PEREIRA

Graduanda em Psicologia pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG)

CAROLINE DUCH E PRESOTTI

Graduanda em Psicologia pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG)

CÍNTIA MARIA TEIXEIRA

Doutora em Psicologia Social (PUC Minas). Professora de Psicologia da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG) e da Faculdade Arnelo

Eixo Temático: Psicologia Social, ensino, pesquisa e extensão

INTRODUÇÃO

O relato de experiência extensionista tem como propósito apresentar a parceria estabelecida entre uma faculdade privada de Belo Horizonte, especificamente no curso de Psicologia e o Departamento Estadual de Investigação, Orientação e Proteção à Família (DEFAM). Essa parceria extensionista possibilita que os estudantes em formação atuem como monitores na disciplina de Políticas Públicas, complementando a formação dos discentes de Psicologia. Além disso, essa colaboração visa ampliar o espaço de diálogo na formação superior, abordar questões de um problema de saúde pública que é a violência contra as mulheres e contribuir para o aprimoramento das instituições. A décima edição da Pesquisa Nacional de Violência Contra as Mulheres, realizada pelo Instituto DataSenado, apresenta que 30% das mulheres brasileiras relataram já terem sido vítimas de violência doméstica e familiar perpetrada por homens. Em resposta a essa realidade, projetos e espaços de acolhimento têm sido desenvolvidos para fortalecer laços e construir redes de apoio nos âmbitos socioeconômico, psicossocial e jurídico. Nesse contexto, o Programa Dialogar (PD), idealizado pelo Departamento Estadual de Investigação, Orientação e Proteção à Família (DEFAM) da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), visa intervir para conscientizar os homens autores de violência contra as mulheres, através

da Justiça Restaurativa. O Propósito do Programa de Desenvolvimento (PD) é proporcionar um ambiente de escuta e diálogo destinado aos homens. Para atingir esse objetivo, são empregados os grupos reflexivos, embasados nos princípios da Justiça Restaurativa, com o intuito de promover a responsabilização dos homens envolvidos em situações de violência. A metodologia dos grupos reflexivos utilizados no PD utiliza os estudos integrados em questões relativas a gênero, masculinidade, teorias feministas, círculo de paz e método freiriano.

OBJETIVO

Relatar a experiência dos acadêmicos de Psicologia no Programa Dialogar através da monitoria da extensão da disciplina de Políticas Públicas, proporcionando insights e aprendizagem sobre a atuação prática nesse contexto.

METODOLOGIA

Estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo Relato de Experiência, realizado por acadêmicos de Psicologia, monitores voluntários na disciplina de Políticas Públicas, no período de Julho de 2023 até o momento presente. Durante o período de 2023, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica do PD, as quais foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas pelos extensionistas. Esse processo teve como objetivo conhecer e documentar a história do PD, além de mapear as demandas percebidas pela equipe técnica. Tal ação contribuiu para uma compreensão mais abrangente do contexto e das necessidades dos homens assistidos e da equipe técnica que conduz os grupos reflexivos. A extensão está atualmente em andamento, e outros estudantes, no momento atual, têm como objetivo colaborar com a equipe do PD para criar espaços de discussões com os serviços públicos das instituições jurídicas, políticas públicas de saúde, especialmente em saúde mental, serviços de garantia de direitos, geração de renda, entre outros, para discutir a assistência oferecida aos homens, para que seja uma das saídas no combate e enfrentamento à violência contra as mulheres. O propósito é construir caminhos viáveis para que os homens possam se responsabilizar pelo ato cometido, mas também que reconstruam e ressignifiquem suas histórias, tendo acesso a serviços que atendam às suas necessidades. Eliminar o ciclo de violência contra as mulheres requer conscientização por parte dos homens, mas também exige um comprometimento da rede de serviços, que precisa oferecer oportunidades para que os assistidos possam acessar seus direitos fundamentais.

RESULTADOS

Diante as entrevistas, como resultado, foi possível acompanhar as experiências das acadêmicas de Psicologia no Programa Dialogar, o programa revelou importantes aspectos sobre a eficácia e impacto desse projeto na reeducação de homens autores de violência contra as mulheres. Inicialmente, foi observado um padrão de resistência e descrença por parte dos homens, refletindo uma postura inicialmente defensiva diante do programa. Contudo, ao longo das sessões, houve uma notável mudança de comportamento, com os participantes demonstrando um progressivo engajamento e abertura para compartilhar suas vivências e reflexões. Essa mudança de postura sugere uma efetiva desconstrução de padrões de violência e uma maior conscientização sobre suas próprias atitudes. Além disso, a formação de vínculos entre os membros do grupo e a troca de saberes contribuem para uma compreensão mais ampla das questões de gênero e violência doméstica. A experiência foi descrita como enriquecedora e proporcionou um espaço seguro para a expressão emocional, reduzindo a sensação de solidão e o comportamento vitimista que podem contribuir para a perpetuação da violência. Apesar dos resultados positivos, alguns desafios foram identificados, como

a baixa adesão voluntária, a dependência do judiciário para os encaminhamentos e a falta de capacitação de profissionais. No entanto, foram apontadas possibilidades de superação desses obstáculos, como a ampliação das parcerias com instituições de saúde e jurídicas, e a realização de capacitações formais para os profissionais envolvidos. Em suma, durante o acompanhamento do processo do Programa Dialogar destaca sua relevância na promoção da responsabilização dos agressores e na prevenção da violência contra as mulheres. A experiência dos acadêmicos de Psicologia no campo do Dialogar proporcionou uma formação profissional mais qualificada e consciente das questões de gênero e violência, contribuindo para uma atuação mais efetiva no enfrentamento desse problema social. Para o atual período, objetiva-se, conjuntamente com a equipe do PD, realizar o mapeamento e tecimento das redes de instituições e serviços a fim de possibilitar encaminhamentos dos homens assistidos, de acordo com demandas identificadas pelos profissionais do PD, como assistência jurídica, acolhimento psicológico, inserção do mercado de trabalho e para os serviços de saúde mental (referente a RAPS) com ênfase na atenção de casos de uso abusivo e prejudicial de álcool e outras drogas.

CONCLUSÕES

A parceria estabelecida entre a faculdade privada de Belo Horizonte, por meio do curso de Psicologia, e o DEFAM demonstrou ser um importante passo na promoção de práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. A experiência extensionista revelou não apenas a relevância do Programa Dialogar na conscientização e reeducação dos homens autores de violência, mas também o papel fundamental da Psicologia na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao longo do acompanhamento do Programa Dialogar, os acadêmicos de Psicologia puderam vivenciar de perto a transformação dos participantes, desde uma postura inicial de resistência até uma maior abertura para reflexão e mudança de comportamento. Essa mudança progressiva evidencia a eficácia das abordagens baseadas na Justiça Restaurativa, que visam não apenas responsabilizar os agressores, mas também promover a reconstrução de suas histórias e a desconstrução de padrões de violência. No contexto atual, a continuidade do trabalho visa não apenas a consolidação das redes de instituições e serviços para encaminhamentos dos homens assistidos, mas também a inserção de novas estratégias de intervenção, como a ênfase na atenção de casos de uso abusivo de álcool e outras drogas. Dessa forma, a parceria entre a academia e as instituições públicas se mostra fundamental na construção de respostas mais efetivas e integradas para o enfrentamento da violência de gênero. Em suma, o relato dessa experiência extensionista reforça a importância do engajamento da Psicologia e de outras áreas do conhecimento na promoção da equidade de gênero e na construção de uma sociedade livre de violência, destacando o potencial transformador das práticas colaborativas e interdisciplinares na busca por um futuro mais justo e igualitário.

PALAVRAS-CHAVE: Grupo reflexivo. Extensão Universitária. Reeducação. Justiça Restaurativa.

REFERÊNCIAS:

- SENADO FEDERAL. **Agressores de mulheres deverão ser reeducados, determina nova lei.** Senado Notícias, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/06/agressores-de-mulheres-deverao-ser-reeducados-determina-nova-lei>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- SENADO FEDERAL. **Datasedo divulga pesquisa de violência contra a mulher nos estados e no df.** Senado Notícias, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/02/28/datasedo-divulga-pesquisa-de-violencia-contra-a-mulher-nos-estados-e-no-df>. Acesso em: 30 mar.2024.

SENADO FEDERAL. **Pesquisa nacional de violência contra a mulher - datasenado 2023.** DataSenado, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=pesquisa-nacional-de-violencia-contr-a-mulher-datasenado-2023>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SENADO FEDERAL. **Pesquisa estadual de violência contra a mulher - 2024.** DataSenado, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=pesquisa-estadual-de-violencia-contr-a-mulher-2024>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. **Minas Gerais avança no combate à violência contra a mulher.** Segurança MG, 2020. Disponível em: <https://www.seguranca.mg.gov.br/pagamentos-registrados-em-2018-sesp/story/3860-minas-gerais-avanca-no-combate-a-violencia-contr-a-mulher>. Acesso em: 01 abr, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça Restaurativa.** CNJ, 2023. Disponível em www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/justica-restaurativa/. Acesso em: 31 mar.2024.



POTENCIALIDADES E LIMITES DA PRÁTICA CLÍNICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE UMA ATUAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA COM ADOLESCENTES PRETAS EM SITUAÇÃO DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL

JÚLIA MARIA DE SOUZA FARIAS

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Arnaldo.
Estagiária na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais

ISABELLA CRISTINA BARRAL FARIA LIMA

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Docente de Psicologia na Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais e
no Centro Universitário UniArnaldo, Belo Horizonte/MG.

Eixo temático: Psicologia Social, desigualdades e práticas de transformação

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase caracterizada por profundas transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais, e, em nossa sociedade, demarca a transição entre a infância e a idade adulta. Esse contexto de mudanças significativas não pode ser desconectado dos contextos sociais em que as(os) adolescentes vivem, pois, cada experiência se distinguirá conforme a localização dos sujeitos em relação aos diferentes marcadores sociais (Ribeiro, 2023). Assim, é imprescindível considerar os marcadores de classe, gênero, raça e orientação sexual, território, dentre outros, ao realizarmos intervenções no campo da psicologia e das políticas públicas junto ao público de adolescentes, inclusive nas práticas psicológicas individuais, como o atendimento clínico. A partir das premissas dessa discussão e parafraseando Fanon (2008), que afirma que o negro não é simplesmente um homem, mas sim um homem negro, é fundamental refletir sobre as implicações dessa perspectiva quando aplicada à experiência da mulher negra. Ao reconhecer a singularidade da identidade da mulher negra, somos levados a compreender que sua experiência não pode ser reduzida à de um homem negro ou à de uma mulher não negra. Em vez disso, ela é moldada pela interseção complexa de raça, gênero e outras formas de identidade. Pensar na perspectiva da mulher negra nos convida a questionar e desafiar esses imaginários sociais dominantes, que sexualizam, ridicularizam e reduzem o ser mulher, bem como as estruturas de poder que os sustentam.



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Janssens, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Vítorio Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
☎️ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otílio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30350-160
☎️ 31 3524-5000

OBJETIVO

Neste trabalho será relatada uma experiência de estágio extracurricular desenvolvida por uma mulher preta, estudante de psicologia, entre outubro de 2022 e março de 2024. Buscaremos refletir de forma crítica sobre a importância de uma abordagem sensível e contextualizada ao lidar com questões relacionadas à adolescência, destacadamente em comunidades vulneráveis, além tratarmos dos afetamentos pessoais da estagiária.

METODOLOGIA

Relato de experiência de estágio em psicologia clínica, desenvolvido em uma organização não-governamental (ONG) situada na Regional Norte do município de Belo Horizonte. Esse tipo de produção de conhecimento caracteriza-se principalmente pela descrição de uma intervenção, com embasamento científico e reflexão crítica (Mussi, Flores & Almeida, 2021). Assim, descreveremos a experiência vivenciada, incluindo os desafios enfrentados, as estratégias adotadas, a reflexão crítica sobre a prática clínica e suas implicações socioculturais, além dos aprendizados pessoais e profissionais decorrentes dessa experiência.

DISCUSSÃO

O estágio aconteceu semanalmente no período já citado. Foram realizados atendimentos clínicos individuais de seis adolescentes, além dos encontros de supervisão, por meio da perspectiva psicanalítica. Três adolescentes chegaram à ONG por encaminhamento da rede de proteção à criança e à adolescente, devido a situações de violência intrafamiliar. Cada uma das seis adolescentes teve em média quinze sessões com a estagiária, exceto uma adolescente que teve um número de sessões muito maior, pois em função de sua própria demanda, os encontros aconteceram duas vezes por semana. Por meio dos atendimentos clínicos individuais foi possível identificar que o sofrimento psíquico das adolescentes atendidas se relacionava de maneira intensa com a situação de vulnerabilidade social, incluindo aspectos como pobreza, violência intrafamiliar, abuso de álcool e outras drogas, falta de acesso às políticas públicas de educação e saúde. Em decorrência desse cenário, em alguns casos, a estagiária precisou realizar o cuidado em situações de crise que envolviam ideação e/ou tentativa de autoextermínio. Dessa forma, foi crucial desenvolver intervenções e estratégias que possibilitassem a identificação e nomeação das diversas formas de violência que permeiam a vivência dessas adolescentes. Conforme salientado por Djamila Ribeiro (2018), é impossível lutar contra aquilo que não se pode dar nome. Portanto, ao permitir que essas violências sejam nomeadas e discutidas, foi possível possibilitar às adolescentes a expressão de suas experiências e a busca de ferramentas para enfrentar tais desafios. O reconhecimento do racismo e sexismo como determinantes da saúde exige inovação na promoção da saúde, com ampliação de perspectivas e reformulações de teorias e práticas para enfrentar as desigualdades raciais e de gênero (Prestes & Paiva, 2016). Considerando o exposto e ampliando a leitura psicológica para além das questões individuais, foi possível identificar a experiência do sofrimento ético-político, tal como relatado por Bader Sawaia (1999). Assim, a prática clínica, possibilitou o reconhecimento da importância da sensibilidade cultural e étnico-racial, levando à compreensão das experiências e perspectivas únicas das adolescentes atendidas, considerando sua identidade étnico-racial, contexto socioeconômico e cultural. A experiência também permitiu localizar a relevância da supervisão clínica para as articulações necessárias para o desenvolvimento do cuidado em cada um dos casos, além da possibilidade de discutir sobre os afetamentos que eram trazidos. Essa prática ampliou a possibilidade de reflexão sobre o papel da Psicologia na promoção da justiça social e contribuições nas discussões sobre o letramento racial e o acesso às políticas públicas. Em um cenário no qual questões ético-políticas estão intrinsecamente ligadas às experiências das adolescentes, como em situações de

discriminação, marginalização ou violência, a neutralidade pode ser interpretada como convivência ou silenciamento. Assim, as reflexões e questionamentos sobre os atravessamentos e impactos pessoais da estagiária em um contexto em que se exige a neutralidade enquanto psicoterapeuta detentora de um “suposto saber”, mas onde as discussões ultrapassam os campos clínico e político, são cruciais. Considerando que alguns dessas ressonâncias foram vivenciados pela estagiária em sua própria jornada por ser mulher, preta e moradora de uma região com alta vulnerabilidade social, ela se deparou com as nuances dessa interseccionalidade que não sinalizam apenas uma luta individual, mas sim parte de uma dinâmica social mais ampla. Essa reflexão crítica é fundamental no processo formativo para avivar uma prática clínica ética, sensível e politicamente engajada.

CONCLUSÃO

Ao longo dos 17 meses de estágio foi possível identificar a incontestável importância de uma prática clínica sensível à diversidade cultural e étnico-racial, particularmente ao lidar com adolescentes em situação de pobreza e vulnerabilidade social. A compreensão da interseccionalidade entre fatores como identidade étnico-racial, contexto socioeconômico e saúde mental na adolescência destaca a necessidade de uma abordagem que discuta os impactos do sofrimento ético-político em suas trajetórias de vida. Ademais, a análise crítica dessas experiências proporciona reflexões sobre o papel da psicologia no enfrentamento das desigualdades sociais e raciais, enfatizando o compromisso não apenas com o sujeito, mas também com a transformação social. Pensar nas limitações impostas pela clínica diante desse contexto, como a baixa adesão dos responsáveis no processo terapêutico, a dificuldade desses adolescentes em estabelecer vínculos e os percalços da fome durante a sessão, considerando o extenso tempo sem alimentação, bem como as dificuldades de comunicação devido à falta de acesso à internet, corrobora para uma clínica que demanda um espaço de reflexão e modulação para uma prática sensível e atenta que ultrapasse os muros teóricos. Isso implica não apenas compreender os aspectos inconscientes dos sintomas apresentados, mas também considerar o contexto social e as dificuldades materiais que essas adolescentes enfrentam, as quais influenciam o processo terapêutico. Considerando isso, podemos inferir, que, potencializar a prática clínica decolonial com adolescentes pretas em situação de vulnerabilidade social inflama desafiar e transformar as estruturas de poder e os padrões culturais dominantes que perpetuam a marginalização e a opressão dessas adolescentes. Assim, compreender e explorar criticamente as dinâmicas sociais, históricas e políticas que contribuem para a vulnerabilidade delas, bem como reconhecer as formas específicas de violência simbólica e estrutural que enfrentam. Além disso, implica em reconhecer e valorizar os conhecimentos e as experiências das adolescentes em questão, como fontes legítimas de sabedoria e resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio clínico. Interseccionalidade. Vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS:

- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- MUSSI, R. F. de F., FLORES, F. F., ALMEIDA, C. B. de. **Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico**. *Revista Práxis Educacional*, 17(48).
- PRESTES, C. R. S., PAIVA, V. S. F. **Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência**. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 673-688.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, R. D. **Interseccionalidade: uma introdução a partir de Patricia Hill Collins**. *O Manguenzal – Revista de Filosofia*, 1(16).
- SAWAIA, B. B. (1999). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis, RJ: Vozes.



POTENCIALIZANDO A VISIBILIDADE DOS DIREITOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: O PAPEL FACILITADOR DA PSICOLOGIA SOCIAL

FILIPÉ AUGUSTO DE ABREU VICENTE, ALCYIA VITÓRIA DOS SANTOS
AMANDA AYARA LIMA RIBEIRO, ANA BEATRIZ PEREIRA DOS REIS
ANA CLARA KALKS ROMÃO, ANA CLARA MAGALHÃES BATISTA
ANA MARIA EMILIANO PIRES, CAMILA ESTER ROCHA DA COSTA
GABRIELLA VITÓRIA MOTA GAMARANO, ISABELA ARAÚJO PÍCOLI
JULIA DE PINHO TEIXEIRA, LETÍCIA MIRANDA LIMA, MARIANA DORNELAS MALTA
Acadêmicos do curso de Psicologia da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil

CÍNTIA MARIA TEIXEIRA
Doutora em Psicologia (PUC Minas). Professora de Psicologia da Faculdade Ciências Médicas De Minas Gerais

Eixo Temático: Psicologia Social, Políticas Públicas e Direitos Humanos

INTRODUÇÃO

Com base no Censo Pop Rua de 2022 | BH + Inclusão, constatou-se que 5344 pessoas estão em situação de rua em Belo Horizonte. Essa quantidade expressiva de indivíduos sem acesso à moradia acarreta com que outros direitos básicos, como saúde e documentação, também sejam negligenciados, devido à demasiada burocracia e preconceitos mediante a esses indivíduos. Esse processo se evidencia pelo contexto social e econômico brasileiro, que invisibiliza e tende a abdicar de condições mínimas para uma vivência digna da população de rua. No dia 27 de outubro de 2023, os alunos de Psicologia de uma faculdade da rede privada de Belo Horizonte participaram do “1º Encontro Nacional de Comitês Judiciais de Atenção às Pessoas em Situação de Rua”. O encontro dos comitês foi realizado por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e do Comitê Pop Rua/Jus, em colaboração com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desta forma, no dia 28 de outubro de 2023, ocorreu o mutirão “Rua dos Direitos”, no Centro de Referência das Juventudes (CRJ), que ofertou uma série de serviços para pessoas em situação de rua, dentre eles a identificação civil, atendimento previdenciário e assistencial com perícia médica, orientação e atendimento jurídico, psicológico e odontológico, corte de cabelo, atendimento veterinário, oportunidades de emprego, araras de roupa e rodas de conversa. Houve uma expressiva procura por atendimentos previdenciários, orientações jurídicas e serviços odontológicos, além das necessidades materiais, como alimentos, vestimentas, e também uma demanda apresentada de restabelecimento dos laços familiares. No aspecto psicológico, a escuta ativa também foi utilizada como uma ferramenta para a



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Jansen, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
☎ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Vítorio Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
☎ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otávio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
☎ 31 3524-5000

reintegração social, a visibilidade do indivíduo e o reconhecimento de sua história de vida, além de orientações para assegurar seus direitos fundamentais. Dessa forma, os participantes beneficiados pela ação evidenciaram uma demanda reiteradamente; a necessidade de que fossem escutados e reconhecidos como sujeitos de direito.

OBJETIVO

Apresentar as vivências dos acadêmicos em uma ação extensionista, destacando a importância da amplificação da visibilidade dos direitos de pessoas em situação de rua, diante de um evento multiprofissional, considerando a atuação da Psicologia como essencial para acolher e facilitar as possibilidades oferecidas nessa ação.

METODOLOGIA

O grupo de estudantes extensionistas era composto por 24 pessoas, que foram organizadas em duplas e trios para atender às demandas de acolhimento e encaminhamento. As atividades executadas incluíam acolhimento e encaminhamento dos usuários para os serviços oferecidos, plantão psicológico e mobilização dos usuários para participar das rodas de conversa sobre saúde das mulheres e autocuidado e coordenação das rodas de conversa. No evento realizado no Centro de Referência das Juventudes, havia diversos serviços vinculados às políticas públicas de saúde, segurança pública, educação, geração de renda, emprego e trabalho, entre outros, distribuídos ao longo dos dois andares do prédio. Os subgrupos auxiliavam as pessoas a se dirigirem aos locais vinculados às demandas específicas de cada uma. Esse arranjo visava garantir a ampla cobertura dos serviços oferecidos às pessoas em situação de rua no referido evento. Durante o trajeto para um serviço específico, os estudantes conversavam com as pessoas para se familiarizar com cada história, demanda e necessidade, e quando percebiam que essas pessoas tinham demanda por um atendimento psicológico, ofereciam o plantão psicológico. A escuta ativa através do plantão psicológico foi oferecida às pessoas que manifestaram interesse no atendimento psicológico. Como parte das atividades, foi realizada uma roda de conversa com o tema: "Atenção Integral às Mulheres - como as organizações públicas e a sociedade enxergam as mulheres em meio a essa situação". O principal objetivo foi proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para mulheres em situação de rua, estimulando a discussão e reflexão sobre várias vivências e expectativas de acordo com o tema proposto. Além disso, foi elaborado um método de avaliação para registrar o feedback dos usuários após o atendimento pelos alunos. Essa avaliação foi preenchida pelos próprios usuários do mutirão, com o intuito de identificar potencialidades e fragilidades do evento, visando aprimorar futuras ações.

RESULTADOS

Ao considerar a importância da inserção de pessoas em situação de rua na sociedade, o mutirão "Rua de Direitos" que ocorreu no Centro de Referência das Juventudes (CRJ), em Belo Horizonte, possibilitou a amplificação da visibilidade dos direitos desses sujeitos. A ação se configurou como essencial para o fortalecimento do vínculo social através da garantia ao acesso a serviços básicos. Para além, ao analisar as avaliações realizadas com intuito de mensurar como os usuários se sentiram após os atendimentos dos acadêmicos, constatou-se uma percepção positiva em relação ao que foi ofertado, essencialmente ao apoio recebido. Foi realizada uma análise com base em uma amostra de 34 participantes que preencheram o formulário de avaliação no dia do evento. A avaliação dos serviços prestados na Rua dos direitos revela uma visão abrangente das necessidades e percepções dos usuários. No âmbito da saúde e bem-estar, a Unidade Básica de Saúde e os cuidados pessoais receberam avaliações positivas, alcançando uma pontuação global de 18%, classificada como 'bom'. Destaca-se, contudo, o alto índice de satisfação com os serviços de atendimento e acolhimento, que

alcançaram uma pontuação significativa de 40%, sendo avaliados como 'ótimo'. No contexto da documentação, os serviços receberam uma avaliação mediana, com 29% de aprovação. Ademais, salienta-se que o mutirão "Rua de Direitos" teve um impacto significativo não só em garantir assistência imediata, mas também ao fomentar o engajamento e a conscientização sobre os direitos e necessidades das pessoas em situação de rua. A participação ativa desses indivíduos na construção de políticas públicas é crucial para uma abordagem mais inclusiva e eficaz. Em resumo, a análise aponta para a necessidade de aprimoramentos na organização interna, treinamento da equipe e estratégias de divulgação, ao mesmo tempo em que destaca os sucessos do evento em termos de parcerias eficazes e oferta diversificada de serviços essenciais.

CONCLUSÃO

O mutirão "Rua de Direitos" realizado no Centro de Referência das Juventudes (CRJ), em Belo Horizonte, representou um marco significativo na busca pela amplificação da visibilidade dos direitos e das necessidades das pessoas em situação de rua. Diante de uma realidade onde a quantidade expressiva de indivíduos sem acesso à moradia reflete uma série de negligências em relação a direitos básicos, como saúde e documentação, eventos como este se tornam cruciais para promover a inclusão social e o resgate da dignidade desses sujeitos. Os resultados obtidos revelam não apenas a efetividade dos serviços oferecidos, mas também a percepção positiva dos usuários em relação ao apoio recebido, evidenciando a importância do acolhimento e da escuta ativa na reintegração social e no reconhecimento da história de vida de cada indivíduo. A experiência proporcionou aos estudantes de Psicologia uma oportunidade valiosa para compreender o compromisso social e o dilema ético-político que a Psicologia enfrenta, destacando a necessidade de se envolver em práticas emancipatórias e na promoção efetiva dos direitos humanos. Além disso, as avaliações realizadas forneceram insights valiosos para o aprimoramento futuro do evento, destacando a necessidade de melhorias na organização interna, no treinamento da equipe e nas estratégias de divulgação. Contudo, os sucessos alcançados em termos de parcerias eficazes e oferta diversificada de serviços essenciais ressaltam o potencial transformador desse tipo de iniciativa. Portanto, é fundamental que eventos como o "Rua de Direitos" continuem a ser realizados, não apenas para atender às necessidades imediatas das pessoas em situação de rua, mas também para promover o engajamento ativo desses indivíduos na construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, visando à construção de uma sociedade mais justa e solidária para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia social. População em situação de rua. Políticas públicas.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Prefeitura de Belo Horizonte. Prefeitura de Belo Horizonte. **PBH e UFMG apresentam resultados preliminares do Censo da população de rua de BH.** 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-e-ufmg-apresentam-resultados-preliminares-do-censo-da-populacao-de-rua-de-bh#:~:text=Belo%20Horizonte%20tem%20hoje%205.344,%2C8%25%20de%20outros%20pa%C3%ADses>. Acesso em: 08 fev. 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **NBR 6022:** Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS. 1 ed. Brasília: Ideorama, 2013. 115 p.
- GRILLO, Cristiane de Freitas Cunha *et al* (org.). **SUAS Conexões:** a integralidade da proteção da assistência social. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2020. 252 p.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **OS 2012/0076:** Manual Sobre o Cuidado à Saúde Junto a População em Situação de Rua. 1 ed. Brasília: Ms/Dab, 2012. 98 p.



QUESTIONAMENTOS SOBRE MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS: REFLEXÕES NA PSICOLOGIA SOCIAL

JOÃO VICTOR LIMA RIBEIRO

Discente do curso de Psicologia do centro Universitário UniArnaldo.
Colaborador Voluntario do Instituto Casa da Palavra

Eixo Temático: Psicologia Social, desigualdades e práticas de transformação

INTRODUÇÃO

Ao parafrasear a música do cantor Pablo, que diz "Porque homem não chora", surge uma reflexão: quem determinou que homens não devem expressar emoções? A Casa dos Homens, como discutido por Daniel Wazerbang, pode ser vista como um ambiente que reforça essa ideia, inclusive reprimindo características associadas ao feminino, como a sensibilidade, que não se relaciona diretamente com a orientação sexual, mas sim com atributos culturais. Essa repressão é evidenciada na dualidade de comportamento observada entre os homens, que oscilam entre a proibição e a aproximação, influenciados pela dinâmica de validação do coletivo, onde hierarquias e relações de poder são estabelecidas. Essa dinâmica evidencia a necessidade de desconstruir os estereótipos de gênero que limitam a expressão emocional dos homens, promovendo um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Os processos de masculinização nesse contexto ocorrem pela exclusão de comportamentos considerados femininos. A homosociabilidade, presente em ambientes exclusivamente masculinos como a Casa dos Homens, reforça padrões de comportamento masculino enquanto promove uma sensação de pertencimento e camaradagem. Durante essas interações, os homens aprendem e reforçam tais padrões, ao mesmo tempo em que estabelecem hierarquias.

OBJETIVO

É nesse contexto que buscamos expor os jovens a essas dinâmicas, visando promover oficinas temáticas, atendimentos individuais e conversações destinadas a questionar os símbolos culturais associados às masculinidades hegemônicas.



CAMPUS FUNCIONÁRIOS:

📍 Praça Arnaldo Jansen, 200
Funcionários | BH | MG | 30130-066
☎ 31 3524-5000

CAMPUS ANCHIETA:

📍 Rua Milton Marçola, 360
Anchieta | BH | MG | 30310-360
☎ 31 3524-5000

CAMPUS PILAR:

📍 Rua Professor Otávio Macedo, 12
Pilar | BH | MG | 30390-160
☎ 31 3524-5000

METODOLOGIA

Realizamos três oficinas que serviram como disparadores das rodas reflexivas: a primeira consistiu na modelagem com massinha do que é ser homem para cada participante do grupo; a segunda envolveu uma discussão sobre quem eles escolheriam para um bunker com apenas três vagas, com o intuito de discutir sobre hierarquias e promover reflexão; por fim, na terceira oficina, os participantes foram convidados a escreverem qualidades para a pessoa ao seu lado. Assim entra o "Bora Lá, Men!", dedicado a refletir sobre a ilusão de simetria de gênero, o sofrimento associado às normas de masculinidade, o sexismo e a violência de gênero. O projeto, sediado no Instituto Casa da Palavra, promove grupos reflexivos sobre temas antirracistas, antissexistas e sobre as consequências das masculinidades na coesão social.

RESULTADOS

Destacamos a importância dos estudos sobre masculinidades, inspirados em Michael Kimmel, especialmente em relação ao embrutecimento e à rigidez afetiva na socialização dos meninos. O trabalho é desenvolvido sob supervisão de Hugo Bento, com participação de Daniel, Thiago, Felipe, Vitor e João. Nos nossos encontros, abordamos a afetividade e explicamos sobre o que se trata o feminismo, diferenciando-o do machismo. Enfatizamos também a diferenciação entre feminismo e femismo, ressaltando que o feminismo busca a igualdade de gênero e o fim das opressões baseadas no gênero, enquanto o femismo representa uma visão extremista que promove a superioridade das mulheres sobre os homens. Essa distinção foi fundamental para uma compreensão mais ampla das questões de gênero e para promover o diálogo construtivo sobre esses temas. Destacamos que demonstrar sentimentos não faz alguém menos homem, desafiando assim os estereótipos de masculinidade que restringem a expressão emocional. Essa desconstrução dos padrões de gênero é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Nosso objetivo foi alcançado ao fazer os jovens observarem a objetivação das mulheres/utilitarismo, a hierarquia dos homens e entender os critérios que eles mesmos fazem para incluir ou excluir. A afetividade, conceito essencial em psicologia, abrange uma variedade de fenômenos psicológicos, incluindo sentimentos, emoções, paixões, humor e temperamento. Essa compreensão mais profunda da afetividade contribuiu para uma maior empatia e respeito entre os gêneros, promovendo assim uma sociedade mais equitativa e solidária. No entanto, sua expressão é frequentemente inibida pela socialização masculina tradicional, conforme observado por Victor Seidler. Ele destaca como os homens são ensinados a suprimir suas emoções em prol de características como autocontrole, força e independência. Essa supressão afetiva pode ter consequências graves para a saúde mental dos homens, contribuindo para problemas como isolamento social, depressão e ansiedade. Durante o primeiro encontro na oficina, solicitamos aos participantes que modelassem o que significava para eles ser homem. Foi notável que as representações se dividiram em categorias como: vazio/ausência de sentimentos, força através da violência, associação com o futebol, a paternidade e a objetificação. Essa atividade inicial permitiu uma reflexão sobre as percepções e expectativas em torno da masculinidade. No segundo encontro, realizamos uma dinâmica na qual os participantes foram convidados a imaginar-se como sobreviventes em um bunker. Ficou evidente que os meninos escolheram majoritariamente as mulheres para procriação e servidão, enquanto aqueles que optaram por uma abordagem diferente foram tratados como estranhos dentro do grupo, revelando uma dinâmica de hierarquia e conformidade com normas de gênero estabelecidas. No último encontro, direcionamos a dinâmica para que os participantes se elogiassem mutuamente, o que revelou uma dificuldade significativa. Muitos deles pareciam desconfortáveis em expressar afeto ou em reconhecer as qualidades positivas uns dos outros. Essa observação ressalta a importância de promover espaços seguros para a expressão emocional e a construção de relações baseadas no respeito e na valorização mútua. Ao criar esses ambientes inclusivos, buscamos não apenas desconstruir as normas de gênero restritivas, mas também

cultivar relações saudáveis e empáticas entre os participantes, contribuindo para um entendimento mais profundo e positivo sobre a masculinidade. Essa abordagem visa não somente desconstruir, mas também reconstruir concepções de masculinidade que promovam o bem-estar emocional e relacionamentos saudáveis.

CONCLUSÃO

Essas experiências nos mostraram a necessidade de abordar e desconstruir as expectativas limitantes em torno da masculinidade, visando criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde todos possam se expressar livremente, sem medo de discriminação ou repressão. Em resumo, ao explorar essas questões sobre as masculinidades hegemônicas, nosso trabalho buscou não apenas compreender os desafios enfrentados pelos homens na sociedade atual, mas também promover reflexões e ações que possam contribuir para uma transformação positiva na forma como o gênero é vivenciado e percebido. Através destes encontros reflexivos, plantamos a semente da reflexão nestes jovens, vislumbrando uma utopia onde todos possam se expressar sem medo de discriminação ou repressão. Mediante as interações realizadas com os adolescentes, o "Bora Lá, Men!" propõe um trabalho contínuo a fim de construir um mundo melhor e mais inclusivo, onde cada indivíduo tem a liberdade de se expressar e de ser quem é.

Palavras-chave: Masculinidades hegemônicas. Reflexão. Adolescentes.

REFERÊNCIA:

- SEIDLER, Victor. **Masculinidades:** culturas globales y vidas íntimas. Editorial Montesinos: Barcelona, 2006.
- KIMMEL, Michael. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 4, v. 9, p. 103-117, 1998.



TRANSCENDENDO RÓTULOS: UM AUTORRETRATO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS TRANS

JHORDAN PEDRO MIRANDA DE SOUSA
KIMBERLLY LUIZA DE OLIVEIRA VELOSO

Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitária UniArnaldo

Eixo Temático: Psicologia Social, desigualdades e práticas de transformação

INTRODUÇÃO

Diante da estimativa de 4 milhões de pessoas trans e não binárias no Brasil, representando cerca de 1,9% da população total, conforme dados da Unesp (JORGE, 2021), era evidente a persistente marginalização dessa comunidade em diversos contextos sociais, incluindo ambientes educacionais, profissionais, de lazer e de convivência. Essa marginalização muitas vezes se traduzia em formas de violência, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), abrangendo desde agressões físicas e verbais até exclusão social. Era fundamental compreender o termo "transsexual" como uma questão de identidade, não associada a doença mental ou perversão sexual, mas sim à afirmação de gênero, conforme definido por Gomes De Jesus (2012). A passabilidade de gênero, ou seja, a capacidade de uma pessoa ser reconhecida de acordo com sua identidade de gênero, era crucial para a qualidade de vida e integração social das pessoas trans, conforme destacado por Facchini & Pacheco (2019). A abordagem teórica do "Eu refletido no espelho" de Charles H. Cooley destacava como a imagem do self era formada por meio das interações sociais. No entanto, para as pessoas trans, essa construção enfrentava desafios, pois suas identidades de gênero muitas vezes não eram reconhecidas pela sociedade, um bom exemplo disso, encontra-se na entrevista concedida pela Deputada Federal Erika Hilton, ao Jornalista Reinaldo Azevedo que ao questioná-la da existência de um "menino no seu corpo de mulher transsexual, responde "fui menino para biologia, para sociedade, mas para mim nunca fui. Não tem como sobrar algo que nunca existiu" (Erika Hilton, 2023) . Nesse contexto, a teoria de Cooley precisava ser adaptada para considerar a autoimagem das pessoas trans, que frequentemente se baseavam em uma ruptura com as normas sociais de gênero. A teoria das Representações Sociais de Moscovici (2015) oferecia uma lente para examinar como ideias e conceitos se disseminavam na sociedade. Ao aplicar essa teoria à representação das pessoas trans, era possível explorar não apenas a perspectiva externa, mas também a autopercepção desses indivíduos.

A fotografia emergia como uma ferramenta útil para expressar essa autopercepção, oferecendo uma visão única do ponto de vista das pessoas trans e como desejavam ser vistas pela sociedade. Dessa forma, esse estudo buscava compreender a realidade da comunidade trans, explorando conceitos como o "Eu refletido no espelho" de Cooley e as Representações Sociais de Moscovici. Através da fotografia, pretendia-se capturar e compartilhar a perspectiva autêntica das pessoas trans, desafiando estereótipos e promovendo uma maior compreensão e respeito pela diversidade de identidades de gênero. O presente trabalho teve como temática a necessidade de dar voz a uma parcela da sociedade que era silenciada e invisibilizada, compreendendo as necessidades desse público-alvo em relação ao tema do trabalho escrito. Além disso, procurou-se aproximar a população do meio acadêmico por meio da exposição de fotos, com a intenção de promover um diálogo entre esses dois grupos e diminuir a distância percebida entre eles. A escolha desta temática justifica-se pela intenção de fomentar uma reflexão mais ampla na academia sobre os impactos de como as pessoas trans eram vistas pela sociedade e de abrir novos horizontes de pesquisa nessa área. Por fim, buscou-se também apresentar à sociedade em geral o ponto de vista de uma parcela da comunidade trans sobre os conflitos de socialização que vivenciavam.

OBJETIVO

Diante do que foi exposto, nosso objetivo é de produzir uma reflexão na sociedade através da exposição das fotos em relação a aceitação social e em como as pessoas trans são vistas e como elas desejam ser reconhecidas e tratadas perante a sociedade. Além disso, visamos promover uma reflexão na sociedade sobre a aceitação e o reconhecimento das pessoas trans, destacando como esses indivíduos são vistos e como desejam ser tratados. Com a realização de entrevistas e a associação dos dados obtidos com os referenciais teóricos selecionados, pretende-se diferenciar a forma como a sociedade enxerga e trata as pessoas trans do modo como essas pessoas gostariam de ser vistas e tratadas. Além disso, o estudo visa traçar estratégias de combate à intolerância e de reflexão sobre o tema, culminando na produção de uma exposição fotográfica que expresse a visão e a identidade das pessoas trans, contribuindo para a desconstrução de estigmas e preconceitos e para a promoção da inclusão e do respeito à diversidade de gênero. Entendemos que são ações pequenas, mas acreditamos que modificações nas esferas microssociais, são responsáveis por gerar macrossociais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo para explorar a representação social das pessoas trans baseia-se no autorretrato, permitindo que os participantes expressem como se veem e como desejam ser percebidos pela sociedade. Além disso, entrevistas semiestruturadas foram realizadas para investigar sua autopercepção e aspirações sociais. Reconhecendo o status marginalizado dessa comunidade, a pesquisa buscou destacar sua voz e visão, culminando em uma exposição fotográfica para promover a conscientização e o reconhecimento de suas identidades.

RESULTADOS

Destacamos a importância de compreender a forma como as pessoas trans se veem, como são percebidas pela sociedade e como desejam ser vistas. Através de uma abordagem metodológica que inclui entrevistas semiestruturadas e exposição fotográfica, foi possível identificar a necessidade de promover reflexões sobre a identidade de gênero e a auto expressão livre desses indivíduos. Foi observado que a marginalização social enfrentada pelas pessoas trans resulta em repressões sociais significativas, o que reforça a importância de dar voz a essa comunidade e de buscar formas de promover a aceitação e o reconhecimento digno. A exposição das fotos tiradas pelos participantes permitiu gerar reflexões sobre questões apresentadas nas imagens e entrevistas, visando estimular o

diálogo na sociedade e promover a autoestima dessas pessoas. Apesar dos desafios encontrados para realizar o trabalho em parceria com instituições que atendem pessoas trans levando-nos a uma busca de amostra por bola de neve, os resultados apontam para a necessidade de desconstruir pensamentos sociais preconceituosos e promover a identificação positiva com o próprio gênero. A exposição fotográfica foi destacada como uma ferramenta eficaz para sensibilizar a sociedade e gerar impacto social na comunidade acadêmica, contribuindo para a visibilidade e o respeito às pessoas trans. Em resumo, os resultados do artigo evidenciam a importância de ampliar o debate sobre a diversidade de gênero, promover a inclusão e combater a discriminação e a exclusão social enfrentadas pelas pessoas trans. Através de estratégias como a exposição fotográfica e a reflexão crítica sobre as representações sociais, é possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos os indivíduos, independentemente de sua identidade de gênero, entendendo que devem ser vistos como gostariam.

CONCLUSÃO

Desse modo, destacamos a importância de dar voz e visibilidade às pessoas trans, que frequentemente são silenciadas e invisibilizadas pela sociedade. Através da exposição fotográfica e das reflexões geradas a partir das entrevistas, foi possível promover uma reflexão profunda sobre a identidade de gênero, a auto aceitação e a forma como as pessoas trans desejam ser reconhecidas e tratadas pela sociedade. É fundamental reconhecer os desafios enfrentados por essa comunidade, como a violência, a discriminação e a falta de representatividade, e buscar estratégias para combater a intolerância e promover a inclusão. A exposição fotográfica se mostrou uma ferramenta poderosa, estimulando o diálogo e a reflexão sobre as questões enfrentadas pelas pessoas trans. Ao longo do estudo, foi evidenciada a importância de desconstruir os estereótipos de gênero e promover uma visão mais ampla e respeitosa da diversidade de identidades de gênero. Através da abordagem das Representações Sociais e da teoria do "eu refletido no espelho", foi possível compreender como as pessoas trans constroem sua identidade e buscam se afirmar em uma sociedade que muitas vezes as marginaliza. A exposição fotográfica realizada como parte deste estudo representa um passo importante na luta pela visibilidade e pelo reconhecimento das pessoas trans. Ao apresentar as fotografias legendadas, que expressam o olhar e a identidade dessas pessoas, busca-se promover uma mudança nas representações sociais e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. Em última análise, reforçamos a necessidade de continuar ampliando o debate sobre a diversidade de gênero, promovendo a aceitação e o respeito às diferentes identidades e vivências. Através de iniciativas como a exposição fotográfica e a reflexão crítica sobre as representações sociais, é possível avançar na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e acolhedora para todas as pessoas, levando em consideração principalmente a forma como se enxergam e, como consequência, gostariam de ser vistas.

PALAVRAS-CHAVE: Autorretrato, Transsexualidade, Identificação.

REFERÊNCIAS:

- COOLEY, Charles Horton. **O self social:** o significado do Eu. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 16, n. 47, p. 173-192, Ago de 2017.
- HILTON, Erika. **Sobre ser quem somos!** São Paulo. 20 jun. 2023. Instagram: @ Hilton_erika. Disponível em https://www.instagram.com/hilton_erika/?utm_source=ig_embed&ig_rid=6a3baaf4-2b2c-4a7f-9c21-7c57b016ddcb . Acesso em: 22 jun.2023
- FACCHINI, R.; PACHECO, A. M. 2019. **Processos de transição de gênero e passabilidade social:** o caso das mulheres trans em Porto Alegre. Psicologia & Sociedade, 31, e170102.

- GOMES DE JESUS, J. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/g%c3%8anero-conceitos-e-termos.pdf>>. Acesso em: 09 abr 2023.
- JORGE, Marcos do Amaral. **Estudo pioneiro na América Latina mapeia adultos transgêneros e não-binários no Brasil.** Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2021/11/12/estudo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-adultos-transgeneros-e-nao-binarios-no-brasil/>>. Acesso em: 10 abr 2023.
- OMS. **Organização Mundial de Saúde.** Relatório Mundial de Violência e Saúde. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos>. Acesso em: 13 abr 2023.